



E-book

CNU 2024

BLOCO 8

PROVA COMENTADA

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| BLOCO 8 - NÍVEL INTERMEDIÁRIO - MANHÃ | 3 |
| LÍNGUA PORTUGUESA | 3 |
| REDAÇÃO | 17 |
| BLOCO 8 - NÍVEL INTERMEDIÁRIO - TARDE | 21 |
| NOÇÕES DE DIREITO | 21 |
| MATEMÁTICA | 36 |
| REALIDADE BRASILEIRA | 60 |



Estratégia
Concursos

BLOCO 8 - NÍVEL INTERMEDIÁRIO - MANHÃ

LÍNGUA PORTUGUESA

A ciência e a tecnologia como estratégias de desenvolvimento

1

Um dos principais motores do avanço da ciência é a curiosidade humana, descompromissada de resultados concretos e livre de qualquer tipo de tutela ou orientação. A produção científica movida simplesmente por essa curiosidade tem sido capaz de abrir novas fronteiras do conhecimento, de nos tornar mais sábios e de, no longo prazo, gerar valor e mais qualidade de vida para o ser humano.

2

Por meio dos seus métodos e instrumentos, a ciência nos permite analisar o mundo ao redor e ver além do que os olhos podem enxergar. O empreendimento científico e tecnológico do ser humano ao longo de sua história é, sem dúvida alguma, o principal responsável por tudo que a humanidade construiu até aqui. Suas realizações estão presentes desde o domínio do fogo até as imensas potencialidades que derivam da moderna ciência da informação, passando pela domesticação dos animais, pelo surgimento da agricultura e da indústria modernas e, é claro, pela espetacular melhora da qualidade de vida de toda a humanidade no último século.

3

Além da curiosidade humana, outro motor importantíssimo do avanço científico é a solução de problemas que afligem a humanidade. Viver mais tempo e com mais saúde, trabalhar menos e ter mais tempo disponível para o lazer, reduzir as distâncias que nos separam de outros seres humanos – seja por meio de mais canais de comunicação ou de melhores meios de transporte – são alguns dos desafios e aspirações humanas para os quais, durante séculos, a ciência e a tecnologia têm contribuído. Elas são os fatores-chave para explicar a redução da mortalidade por várias doenças, como as doenças infecciosas, por exemplo, e o consequente aumento da longevidade dos seres humanos.

4

Apesar dos seus feitos extraordinários, a ciência e, principalmente, os investimentos públicos em ciência e tecnologia parecem enfrentar uma crise de legitimação social no mundo todo. Recentemente, Tim Nichols, um reconhecido pesquisador norte-americano, anunciou que seu livro *The Death of Expertise*, em português “A Morte da Expertise”, aborda a descrença do cidadão comum no conhecimento técnico e científico e, mais do que isso, um certo orgulho da própria ignorância sobre vários temas complexos, especialmente sobre qualquer coisa relativa às políticas públicas. Vários fenômenos sociais recentes, como o movimento antivacinas ou mesmo a desconfiança sobre a fatalidade do aquecimento global, apesar de todas as evidências científicas em contrário,

parecem corroborar que a análise de Nichols está correta.

5

A despeito de a qualidade de vida de todos ter melhorado nos últimos séculos, em grande medida graças ao avanço científico e tecnológico, a desigualdade vem aumentando no período mais recente. Esse é um problema mundial, mas é mais agudo em países em desenvolvimento, como o Brasil, onde ainda abundam problemas crônicos do subdesenvolvimento, que vão desde o acesso à saúde e à educação de qualidade até questões ambientais e urbanas. É, portanto, nessa sociedade desigual, repleta de problemas, que a atividade científica e tecnológica precisa se desenvolver e se legitimar. Também é essa sociedade que decidirá, por meio dos seus representantes, o quanto dos seus recursos deverá ser alocado para a empreitada científica e tecnológica.

6

Portanto, a relação entre ciência, tecnologia e sociedade é muito mais complexa do que a pergunta simplória sobre qual seria a utilidade prática da produção científica. Ela passa por uma série de questões, tais como de que forma a ciência e as novas tecnologias afetam a qualidade de vida das pessoas e como fazer com que seus efeitos sejam os melhores possíveis? Quais são as condições sociais que limitam ou impulsionam a atividade científica? Como ampliar o acesso da população aos benefícios gerados pelo conhecimento científico e tecnológico? Em que medida o progresso científico e tecnológico contribui para mitigar ou aprofundar as desigualdades socioeconômicas? Em face das novas tecnologias, cada vez mais capazes de substituir o ser humano nas suas atividades repetitivas, como será o trabalho no futuro? Essas são questões cruciais para a ciência e a tecnologia nos dias de hoje.

Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/116-a-ciencia-e-a-tecnologia-como-estrategia-de-desenvolvimento>. Acesso em: 10 fev. 2024. Adaptado.

1) No desenvolvimento argumentativo do texto, os aspectos apontados como fomentadores do desenvolvimento científico e tecnológico são a

- A) busca de melhor qualidade de vida e a incredulidade intelectual
- B) crise de legitimação social e os investimentos públicos em ciência
- C) curiosidade e a busca de solução dos problemas da humanidade
- D) desigualdade e a desconfiança do cidadão comum no conhecimento científico
- E) sabedoria dos pesquisadores e a utilização de métodos inovadores

Comentários:

“Fomentar” é incentivar, alimentar, promover. O que fomenta o desenvolvimento científico e tecnológico?

A curiosidade humana e a solução de problemas.

Vejamos no texto:

Um dos principais motores do avanço da ciência é a curiosidade humana, descompromissada de resultados concretos e livre de qualquer tipo de tutela ou orientação. A produção científica movida simplesmente por essa curiosidade tem sido capaz de abrir novas fronteiras do conhecimento, de nos tornar mais sábios e de, no longo prazo, gerar valor e mais qualidade de vida para o ser humano.

Além da curiosidade humana, outro motor importantíssimo do avanço científico é a solução de problemas que afligem a humanidade.

Gabarito: letra C

2. O principal recurso argumentativo utilizado no texto para defender a importância da ciência e da tecnologia como estratégias de desenvolvimento é a

- A) citação de depoimentos de pesquisadores e estudiosos sobre a produção científica atual.
- B) descrição de iniciativas para o atendimento às necessidades econômicas da população brasileira.
- C) enumeração de benefícios do avanço científico e tecnológico para a humanidade.
- D) utilização de vocabulário técnico como garantia de maior confiabilidade acadêmica.
- E) referência aos movimentos negacionistas como frutos da baixa legitimação social da ciência na atualidade.

Comentários:

Para defender a tese de que a ciência e a tecnologia são importantes, o autor cita diversas vantagens que elas proporcionam: mais saúde, maior longevidade, redução de distâncias, mais tempo livre, redução de mortalidade, cura e tratamento de doenças.

Vejamos a comprovação no texto:

*Além da curiosidade humana, outro motor importantíssimo do avanço científico é a solução de problemas que afligem a humanidade. **Viver mais tempo e com mais saúde, trabalhar menos e ter mais tempo disponível***

*para o lazer, reduzir as distâncias que nos separam de outros seres humanos – seja por meio de mais canais de comunicação ou de melhores meios de transporte – são alguns dos desafios e aspirações humanas para os quais, durante séculos, a ciência e a tecnologia têm contribuído. Elas são os fatores-chave para explicar a **redução da mortalidade por várias doenças, como as doenças infecciosas**, por exemplo, e o consequente aumento da longevidade dos seres humanos.*

Gabarito: letra C

3. Na organização temática do texto, depois da referência à descrença do cidadão comum em relação ao conhecimento técnico e científico, desenvolve-se a ideia de que a(o)

- A) criação de mais canais de comunicação e de melhores meios de transporte nos permite trabalhar menos e ter mais tempo para o lazer.
- B) desigualdade social vem aumentando em países em desenvolvimento, apesar do avanço científico e tecnológico.
- C) redução da mortalidade por doenças infecciosas tem como consequência o aumento da longevidade dos seres humanos.
- D) empreendimento científico e tecnológico do ser humano é responsável por realizações, como o domínio do fogo.
- E) surgimento da agricultura e da indústria modernas é fruto do desenvolvimento científico e tecnológico da humanidade.

Comentários:

Nessa questão, bastaria buscar o parágrafo que menciona o aumento da ignorância sobre questões técnicas, que a resposta deveria estar no parágrafo seguinte. Essas ideias foram trabalhadas nos parágrafos 4 e 5. No quarto, o autor cita a **“descrença no conhecimento técnico”**; logo em seguida, aborda o **aumento da desigualdade**.

4

*Apesar dos seus feitos extraordinários, a ciência e, principalmente, os investimentos públicos em ciência e tecnologia parecem enfrentar uma crise de legitimização social no mundo todo. Recentemente, Tim Nichols, um reconhecido pesquisador norte-americano, anunciou que seu livro *The Death of Expertise*, em português “A Morte da Expertise”, aborda **a descrença do cidadão comum no conhecimento técnico e científico e, mais do que isso, um certo orgulho da própria ignorância sobre vários temas complexos**, especialmente sobre qualquer coisa*

relativa às políticas públicas. Vários fenômenos sociais recentes, como o movimento antivacinas ou mesmo a desconfiança sobre a fatalidade do aquecimento global, apesar de todas as evidências científicas em contrário, parecem corroborar que a análise de Nichols está correta.

5

A despeito de a qualidade de vida de todos ter melhorado nos últimos séculos, em grande medida graças ao avanço científico e tecnológico, a desigualdade vem aumentando no período mais recente. Esse é um problema mundial, mas é mais agudo em países em desenvolvimento, como o Brasil, onde ainda abundam problemas crônicos do subdesenvolvimento, que vão desde o acesso à saúde e à educação de qualidade até questões ambientais e urbanas. É, portanto, nessa sociedade desigual, repleta de problemas, que a atividade científica e tecnológica precisa se desenvolver e se legitimar. Também é essa sociedade que decidirá, por meio dos seus representantes, o quanto dos seus recursos deverá ser alocado para a empreitada científica e tecnológica.

Portanto, a despeito dos avanços, a desigualdade vem aumentando.

É o que está reescrito em:

(B) desigualdade social vem aumentando em países em desenvolvimento, apesar do avanço científico e tecnológico.

Gabarito: letra B

4. De acordo com o texto, um problema crônico a ser enfrentado pela ciência e pela tecnologia nos países em desenvolvimento é a(o)

- A) desigualdade social
- B) mecanização do trabalho
- C) redução da mortalidade
- D) movimento antivacina
- E) financiamento da pesquisa

Comentários:

Onde encontramos a expressão “problemas crônicos”? No quinto parágrafo, em que o autor aborda a questão da desigualdade, especialmente em países subdesenvolvidos. O Brasil é o exemplo:

A despeito de a qualidade de vida de todos ter melhorado nos últimos séculos, em grande medida graças ao avanço científico e tecnológico, a desigualdade vem aumentando no período mais recente. Esse é um problema mundial, mas é mais agudo em países em desenvolvimento, como o Brasil, onde ainda abundam **problemas crônicos do subdesenvolvimento, que vão desde o acesso à saúde e à educação de qualidade até questões ambientais e urbanas**. É, portanto, nessa sociedade desigual, repleta de problemas, que a atividade científica e tecnológica precisa se desenvolver e se legitimar. Também é essa sociedade que decidirá, por meio dos seus representantes, o quanto dos seus recursos deverá ser alocado para a empreitada científica e tecnológica. Portanto, o problema crônico mencionado é a desigualdade social, que é um fator limitante para o progresso científico e tecnológico.

Gabarito: letra A

5. O referente do termo destacado em negrito está corretamente explicitado entre colchetes no seguinte trecho do

- A) parágrafo 2 – “O empreendimento científico e tecnológico do ser humano ao longo de sua história é, sem dúvida alguma, o principal responsável por tudo que a humanidade construiu até aqui.” [empreendimento científico e tecnológico]
- B) parágrafo 3 – “Elas são os fatores-chave para explicar a redução da mortalidade por várias doenças, como as doenças infecciosas, por exemplo, e o consequente aumento da longevidade dos seres humanos.” [desafios e aspirações humanas]
- C) parágrafo 4 – “aborda a descrença do cidadão comum no conhecimento técnico e científico e, mais do que isso, um certo orgulho da própria ignorância sobre vários temas complexos” [conhecimento técnico e científico]
- D) parágrafo 5 – “Esse é um problema mundial, mas é mais agudo em países em desenvolvimento, como o Brasil” [avanço científico e tecnológico]
- E) parágrafo 5 – “Também é essa sociedade que decidirá, por meio dos seus representantes, o quanto dos seus recursos deverá ser alocado para a empreitada científica e tecnológica.” [sociedade desigual dos países em desenvolvimento]

Comentários:

“Essa sociedade”, mencionada no quinto parágrafo, é justamente a sociedade desigual dos países subdesenvolvidos, a exemplo do Brasil:

A despeito de a qualidade de vida de todos ter melhorado nos últimos séculos, em grande medida graças ao avanço científico e tecnológico, a desigualdade vem aumentando no período mais recente. Esse é um problema mundial, mas é mais agudo em países em desenvolvimento, como o Brasil, onde ainda abundam **problemas crônicos do subdesenvolvimento, que vão desde o acesso à saúde e à educação de qualidade até questões ambientais e urbanas**. É, portanto, **nessa sociedade desigual**, repleta de problemas, que a atividade científica e tecnológica precisa se desenvolver e se legitimar. Também é **essa sociedade** que decidirá, por meio dos seus representantes, o quanto dos seus recursos deverá ser alocado para a empreitada científica e tecnológica.

Gabarito: letra E

6. No trecho do parágrafo 4 “Tim Nichols, um reconhecido pesquisador norte-americano, anunciou que seu livro *The Death of Expertise*, em português ‘A Morte da Expertise’, aborda a descrença do cidadão comum”, a palavra “que” exerce a mesma função da que está destacada em:

- A) “a ciência nos permite analisar o mundo ao redor e ver além do que os olhos podem enxergar” (parágrafo 2)
- B) “o principal responsável por tudo que a humanidade construiu até aqui” (parágrafo 2)
- C) “Suas realizações estão presentes desde o domínio do fogo até as imensas potencialidades que derivam da moderna ciência da informação” (parágrafo 2)
- D) “apesar de todas as evidências científicas em contrário, parecem corroborar que a análise de Nichols está correta” (parágrafo 4)
- E) “problemas crônicos do subdesenvolvimento, que vão desde o acesso à saúde e à educação de qualidade até questões ambientais e urbanas” (parágrafo 5)

Comentários:

No enunciado, o “que” é conjunção integrante, porque introduz uma oração substantiva, que podemos trocar por **[ISSO]** na análise sintática. No caso, a oração tem função de objeto direto:

anunciou **[que seu livro *The Death of Expertise*, em português ‘A Morte da Expertise’, aborda a descrença do cidadão comum]**

anunciou **[ISSO]**

Isso também ocorre na letra D:

(D) “apesar de todas as evidências científicas em contrário, parecem corroborar **[que a análise de Nichols está correta]**”

Gabarito: letra D

7. O trecho do texto em que a presença do adjetivo destacado em negrito tem a função de expressar a opinião do autor é

- A) “A produção **científica** movida simplesmente por essa curiosidade tem sido capaz de abrir novas fronteiras do conhecimento” (parágrafo 1)
- B) “passando pela domesticação dos animais, pelo surgimento da agricultura e da indústria **modernas**” (parágrafo 2)
- C) “Viver mais tempo e com mais saúde, trabalhar menos e ter mais tempo **disponível** para o lazer” (parágrafo 3)
- D) “o movimento antivacinas ou mesmo a desconfiança sobre a fatalidade do aquecimento **global**” (parágrafo 4)
- E) “a relação entre ciência, tecnologia e sociedade é muito mais complexa do que a pergunta **simplória** sobre qual seria a utilidade prática da produção científica.” (parágrafo 6)

Comentários:

Os adjetivos podem trazer qualificações mais objetivas, quando são neutros, revelam fatos, trazem categorizações neutras. Também podem ser mais subjetivos, quando revelam pontos de vista, opiniões pessoais, julgamentos. O único adjetivo com valor subjetivo (opinativo) é simplório, que apresenta valor pejorativo: pergunta simplória é pergunta tola, idiota, simplista.

Nos demais casos, temos apenas adjetivos neutros, não expressam opiniões, mas, sim, fatos:

Em “produção científica”, “científica” é apenas o tipo de produção; em “indústria moderna”, “moderna” é “atual”, “contemporânea”; em “tempo disponível”, disponível é apenas uma caracterização neutra, o tempo de que se dispõe; em “aquecimento global”, o adjetivo “global” apenas indica que o aquecimento se refere ao globo, ao planeta inteiro.

Gabarito: letra E

8. A concordância do verbo destacado em negrito atende às exigências da norma-padrão da língua portuguesa em:

- A) Ao considerar as melhorias na qualidade de vida da população, constata-se a importância do papel das pesquisas em ciência e tecnologia.
- B) Nos últimos anos, criou-se inúmeros programas computacionais capazes de reproduzir o comportamento humano na realização de tarefas, como assistentes de voz, mecanismos de pesquisa e carros autônomos.
- C) Para atender às demandas da humanidade, ampliou-se as pesquisas relativas às doenças que resultam em maiores índices de mortalidade.
- D) Para facilitar a interação entre turistas em viagens internacionais, precisam-se de novas tecnologias de tradução automática.
- E) Quando se analisa os índices de mortalidade por dengue no Brasil, fica evidente que é necessário investir em esclarecimento da população por meio de campanhas educativas.

Comentários:

Quando temos a estrutura VERBO TRANSITIVO DIRETO + SE apassivador, temos voz passiva sintética, e o verbo faz concordância com o núcleo do sujeito passivo. Para conferir se a estrutura é realmente passiva, devemos convertê-la para a voz passiva analítica (SER + PARTICÍPIO)

(A) Ao considerar as melhorias na qualidade de vida da população, constata-se a importância do papel das pesquisas em ciência e tecnologia.

Constata-se a importância = a importância é constatada

Vejamos o erro nas demais:

(B) Nos últimos anos, criou-se / **CRIARAM-SE** inúmeros programas computacionais capazes de reproduzir o comportamento humano na realização de tarefas, como assistentes de voz, mecanismos de pesquisa e carros autônomos.

(C) Para atender às demandas da humanidade, ampliou-se / **AMPLIARAM-SE** as pesquisas relativas às doenças que resultam em maiores índices de mortalidade.

(D) Para facilitar a interação entre turistas em viagens internacionais, precisam-se / **PRECISA-SE** de novas tecnologias de tradução automática.

VTI + SE é estrutura de sujeito indeterminado, então o verbo fica invariável.

(E) Quando se analisa / **SE ANALISAM** os índices de mortalidade por dengue no Brasil, fica evidente que é necessário investir em esclarecimento da população por meio de campanhas educativas.

Gabarito: letra A

9. No trecho do parágrafo 4 “Vários fenômenos sociais recentes, como o movimento antivacinas”, a palavra destacada em negrito é formada pelo prefixo “anti” e o substantivo “vacina”, sem emprego do hífen, segundo o Novo Acordo Ortográfico.

De acordo com as regras de emprego do hífen, esse sinal gráfico foi utilizado corretamente, em todas as palavras, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, em:

- A) anti-concepcional, contra-ataque, pré-escolar
- B) anti-inflamatório, auto-hipnose, micro-ondas
- C) anti-social, semi-aberto, sem-terra
- D) extra-oficial, auto-conhecimento, anti-caspa
- E) pré-história, inter-racial, anti-depressivo

Comentários:

Se o prefixo anteceder palavra iniciada por “h”, sempre há hífen: auto-hipnose, pré-história.

O hífen, na prefixação, é usado para separar letras iguais. Essa é a regra básica. Por isso, há hífen em “anti-Inflamatório” e “micro-Ondas”.

Por essa lógica, a grafia correta das palavras é:

- (A) anticoncepcional, contra-ataque.
- (C) antissocial, semiaberto, sem-terra.
- (D) extraoficial, autoconhecimento, anticaspa.
- (E) pré-história, inter-racial, antidepressivo.

“Pré-escolar” tem o hífen justificado por outra regra: o “pré” é tônico, por isso deve vir com hífen.

Em “antissocial”, há uma outra regra envolvida: quando o prefixo termina em vogal e a letra seguinte é “s” ou “r”, essa consoante deve ser duplicada.

Gabarito: letra B

10. No trecho do parágrafo 5 “É, portanto, nessa sociedade desigual, repleta de problemas, que a atividade científica e tecnológica precisa se desenvolver e se legitimar.”, a palavra destacada em negrito pode ser substituída, sem prejuízo do sentido, por

- A) à medida que
- B) no entanto
- C) por conseguinte
- D) porquanto
- E) uma vez que

Comentários:

“Por conseguinte” é conjunção conclusiva, assim como “portanto”.

“À medida que” é conjunção proporcional.

“Porquanto” é igual a “porque”, indica causa/explicação;.

“No entanto” é conjunção adversativa.

“Uma vez que” é conjunção causal ou temporal.

Gabarito: letra C

11. No desenvolvimento do texto, estabelece-se uma relação de oposição de sentido entre os verbos

- A) “anunciar” e “abordar” (parágrafo 4)
- B) “aumentar” e “abundar” (parágrafo 5)
- C) “corroborar” e “enfrentar” (parágrafo 4)
- D) “limitar” e “impulsionar” (parágrafo 6)
- E) “reduzir” e “separar” (parágrafo 3)

Comentários:

“Limitar” e “impulsionar” o progresso científico estão empregados com sentidos opostos, porque um “diminui” e o outro “aumenta” esse progresso.

Nas demais alternativas, os verbos são apenas “diferentes”, mas não “opostos”, porque nenhum indica o contrário do outro.

Gabarito: letra D

12. A vírgula está empregada de acordo com as exigências da norma-padrão da língua portuguesa em:

- A) A formação de cientistas brasileiros que respeitem as características culturais e étnicas das diferentes regiões do país, deve ser prioridade das universidades públicas.
- B) Com o objetivo de ajudar a entender os desafios atuais da sociedade brasileira, o governo deveria financiar pesquisas na área das ciências humanas e sociais.
- C) É necessário criar grandes bancos de dados, que sejam municiados pelos estudos científicos para que os biomas brasileiros sejam preservados e contribuam para o crescimento sustentável.
- D) É preciso criar em todas as áreas do conhecimento, projetos governamentais que possam produzir soluções para os grandes desafios atuais e futuros da sociedade brasileira.
- E) O Brasil e os países em desenvolvimento, precisam implementar uma agenda que contribua para a preservação e a restauração da fauna e da flora dos ecossistemas nacionais.

Comentários:

Façamos a correção:

(A) A formação de cientistas brasileiros que respeitem as características culturais e étnicas das diferentes regiões do país deve ser prioridade das universidades públicas.

Não se usa vírgula para separar sujeito e seu verbo.

(B) **Com o objetivo de ajudar a entender os desafios atuais da sociedade brasileira**, o governo deveria financiar pesquisas na área das ciências humanas e sociais.

Correta. A vírgula separa adjunto adverbial antecipado.

(C) É necessário criar grandes bancos de dados, **que sejam municiados pelos estudos científicos**, para que os biomas brasileiros sejam preservados e contribuam para o crescimento sustentável.

Para separar a oração adjetiva explicativa intercalada, usamos duas vírgulas, um par.

(D) É preciso criar em todas as áreas do conhecimento projetos governamentais que possam produzir soluções para os grandes desafios atuais e futuros da sociedade brasileira.

Não se usa vírgula para separar o verbo de seu complemento.

(E) O Brasil e os países em desenvolvimento precisam implementar uma agenda que contribua para a preservação e a restauração da fauna e da flora dos ecossistemas nacionais.

Não se usa vírgula para separar sujeito e seu verbo.

Gabarito: letra B

13. De acordo com as regras de concordância nominal da norma-padrão da língua portuguesa, a palavra destacada em negrito está empregada corretamente em:

- A) As pesquisas para a cura de doenças e a busca de solução para os problemas ambientais estão **vinculadas** ao aumento das verbas do financiamento governamental.
- B) A ampliação dos institutos de pesquisa e o fomento às universidades públicas são **solicitadas** constantemente pela comunidade científica nacional.
- C) Nos países em desenvolvimento, o investimento governamental em alunos do ensino superior e a promoção de grupos de pesquisa são **escassas** se comparadas aos países desenvolvidos.
- D) Os testes para avaliar a efetividade das vacinas e as publicações científicas sobre os efeitos da covid-19 foram **financiadas** por empresas farmacêuticas internacionais.
- E) O vasto território brasileiro e a nossa incrível diversidade de biomas são **decisivas** para a produção de recursos naturais, o sequestro de carbono e a preservação da biodiversidade.

Comentários:

Quando um adjetivo/particípio está ligado a dois substantivos anteriores, utiliza-se o feminino plural apenas quando ambos forem femininos.

É o caso de:

(A) As **pesquisas** para a cura de doenças e a **busca** de solução para os problemas ambientais estão **vinculadas** ao aumento das verbas do financiamento governamental.

Nos demais casos, emprega-se o masculino plural:

(B) A ampliação dos institutos de pesquisa e o fomento às universidades públicas são **solicitadOs** constantemente pela comunidade científica nacional.

(C) Nos países em desenvolvimento, o investimento governamental em alunos do ensino superior e a promoção de grupos de pesquisa são **escassOs** se comparadas aos países desenvolvidos.

(D) Os testes para avaliar a efetividade das vacinas e as publicações científicas sobre os efeitos da covid-19 foram **financiadOs** por empresas farmacêuticas internacionais.

(E) O vasto território brasileiro e nossa incrível diversidade de biomas são **decisivOs** para a produção de recursos naturais, o sequestro de carbono e a preservação da biodiversidade.

Gabarito: letra A

14. O grupo em que todas as palavras apresentam prefixo que expressa negação é

- A) desconfiança, inferioridade, invasão
- B) descrença, inconveniência, impaciência
- C) desenvolvimento, descrição, infelicidade
- D) desigualdade, indústria, infecção
- E) despeito, descendência, imoralidade

Comentários:

A questão foi extremamente direta: “descrença” é ausência de crença; “inconveniência” é a não/ausência de conveniência; “impaciência” é ausência de paciência.

Nas demais, o prefixo indicava negação apenas em “infelicidade”, “desconfiança”; “desigualdade” e “imoralidade”.

Gabarito: letra B

15. No trecho do parágrafo 5 “Esse é um problema mundial, mas é mais agudo em países em desenvolvimento, como o Brasil, onde ainda abundam problemas crônicos do subdesenvolvimento”, a palavra “onde” está empregada de acordo com as exigências da norma-padrão da língua portuguesa.

O mesmo acontece em:

- A) A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de vários serviços, onde é necessário destacar o acesso igualitário à informação.
- B) Os biomas brasileiros onde tem ocorrido o maior número de ameaças ambientais nos últimos anos são a Amazônia e o Pantanal.
- C) Os cientistas devem ter maior preocupação com determinados grupos populacionais onde as pesquisas sobre habitação, água e saneamento sejam mais necessárias.
- D) Os pesquisadores precisam desenvolver estudos aprofundados onde as principais doenças do país possam ser combatidas.
- E) Vivemos em uma época onde as pessoas que negam a ciência se recusam a vacinar seus filhos.

Comentários:

Na norma culta, “onde” só deve ser usado para retomar “lugar físico”. É o caso de: biomas onde tem ocorrido o maior número de ameaças...

“Bioma” é uma região com certa vegetação específica.

Nos demais, o referente não indica lugar físico, apenas “posição” em sentido amplo ou figurado.

Gabarito: letra B

REDAÇÃO

Texto 1

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO III - DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I - DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

CAPÍTULO IV - DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

§ 1º A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

§ 2º A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

[...]

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 fev. 2024.

Texto 2

A escola existe para formar sujeitos preparados para sobreviver nesta sociedade e, para isso, precisam da ciência, da cultura, da arte, precisam saber coisas, saber resolver dilemas, ter autonomia e responsabilidade, saber dos seus direitos e deveres, construir sua dignidade humana, ter uma autoimagem positiva, desenvolver capacidades cognitivas para apropriar-se criticamente dos benefícios da ciência e da tecnologia em favor do seu trabalho, da sua vida cotidiana, do seu crescimento pessoal.

LIBÂNEO, J.C. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação. In: LIBÂNEO, J.C.; SANTOS, A. Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade. São Paulo: Alínea, 2005. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Graduacao/Espacodoaluno/PET-ProgramadeEducacaoTutorial/Pedagogia/capitulo-libaneo.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2024.

Com base no Texto 1, capítulos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e no Texto 2, elabore um texto dissertativo-argumentativo, de 25 a 30 linhas, para abordar a seguinte questão:

Em que medida a educação e o progresso científico e tecnológico podem contribuir para reduzir as desigualdades socioeconômicas e ampliar o desenvolvimento da sociedade brasileira?

No desenvolvimento do tema, o candidato deverá

- a) demonstrar domínio da escrita padrão;
- b) manter a abordagem nos limites da proposta;
- c) redigir o texto no modo dissertativo-argumentativo (não serão aceitos textos narrativos nem poemas);
- d) demonstrar capacidade de selecionar, organizar e relacionar argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista.

Apresentação da redação

- a) O texto deverá ter de 25 a 30 linhas, mantendo-se no limite do espaço para a Redação.
- b) O texto definitivo deverá ser transcrito para a Folha de Redação (o texto da folha de Rascunho não será considerado), em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
- c) A Redação não deve ser identificada, por meio de assinatura ou por qualquer outro sinal.

Comentários:

Fala, pessoal, tudo bem?

Professor Rodolfo Gracioli aqui para comentar a temática de redação do bloco 8:

Em que medida a educação e o progresso científico e tecnológico podem contribuir para reduzir as desigualdades socioeconômicas e ampliar o desenvolvimento da sociedade brasileira?

Inicialmente destaco que o tema é amplamente tratado em aulas de atualidades, já que, apesar de ser uma discussão atemporal, é um recorte de constantes desdobramentos estatísticos, exemplificativos, jurídicos, teóricos etc.

O primeiro ponto a se destacar é que a temática envolve duas “partes”: há uma relação entre educação e progresso científico e tecnológico (parte 1) com redução das desigualdades socioeconômicas e ampliação do desenvolvimento da sociedade (parte 2). Assim, a educação voltada para o desenvolvimento de inovações tecnológicas e para a valorização científica é vista como ação diretamente responsável pela redução da desigualdade e a ampliação da perspectiva desenvolvimentista.

Para fins de exemplificação, basta observar a experiência de países que conseguiram alavancar suas economias (tigres asiáticos, por exemplo) e entender como tal processo foi possibilitado pelo investimento em projetos educacionais de ampla transformação. Cabe destacar ainda a especificidade da realidade brasileira, marcada pelo processo histórico de desigualdade e estratificação. Segundo projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil encerrará 2024 como a 8ª maior economia global (considerando o resultado do Produto Interno Bruto). Ao mesmo tempo, os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) colocam o Brasil entre as nações mais desiguais do mundo (o que pode ser observado na questão da garantia de direitos sociais, inclusive, do direito à educação). Tal descompasso de variáveis explica problemas históricos do país.

A carência de um projeto educacional que privilegie o investimento em inovações tecnológicas é facilmente constatada com a “fuga de cérebros” – muitos pesquisadores brasileiros buscam outros países para a continuidade de pesquisas acadêmicas pela falta de incentivo local. Assim, a educação ganha um caráter secundário de relevância e deixa de possibilitar o desenvolvimento de estratégias contundentes que criem soluções para situações cotidianamente desafiadoras.

O retilíneo movimento de desvalorização científica, por sua vez, fragiliza ainda mais a leitura desenvolvimentista. Aspectos como o negacionismo ou movimento antivacina explicitam o cenário de retrocesso da ciência, o que acaba esfacelando as vias de progresso.

A proposta permite, ainda, um olhar para os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, mais precisamente o ODS4 e o ODS10. O ODS4, Educação de Qualidade, busca assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Assim sendo, a educação

passa a ser vista como via de instrumentalização para o desenvolvimento, sem uma via mágica, mas sim concreta e exequível para uma nação superar problemas históricos.

Tal olhar passa pela valorização dos profissionais da educação, investimento em recursos tecnológicos, intercâmbio de práticas exitosas com outras nações etc. Uma das metas do ODS4, por exemplo, é: até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

Tal ação, quando articulada estrategicamente, tende a se refletir nas variáveis econômicas da nação, permitindo o pleno desenvolvimento. Já o ODS10 que prevê a redução da desigualdade dentro dos países e entre eles, sendo uma ótima abordagem para a redação. Isso acontece porque a desigualdade precisa ser encarada como um problema histórico, conjuntural, de alta complexidade e que resulta em estagnação de variáveis econômicas, bem como no retrocesso de elementos estruturantes para o desenvolvimento da sociedade (violência, exclusão social, déficit habitacional, insegurança alimentar são apenas alguns dos problemas de uma sociedade marcada pela disparidade).

Assim, associar o cenário de desigualdade à exclusão digital ou a não garantia da isonomia no que diz respeito aos direitos sociais é algo que acaba por permitir a compreensão dos desafios que uma nação como o Brasil apresenta, o que deveria amplificar a importância da educação como via transformadora. Ademais, é importante entender como o investimento estratégico em educação tende a construir um cenário propositivo na lógica do desenvolvimento socioeconômico – trata-se de investimento, e não de gasto. Uma população instruída e qualificada tem condições de criar soluções empreendedoras, conviver pacificamente e respeitar as diferenças nas mais variadas étnicas. Novamente destaca-se o fato de a educação não ser apresentada como elemento meramente “mágico” e descolado da realidade, mas sim como possibilidade estruturante e transformadora.

A busca pela excelência educacional envolve a noção de médio/longo prazo, o que passa por políticas educacionais amplamente discutidas e decisões assertivas. Dentro da abordagem jurídica, utilizar o artigo 6º da Constituição e apontar a educação como direito social seria ponto positivo para tal discussão. Além disso, autores como Paulo Freire (ao tratar a educação como agente de transformação da realidade), Thomas Marshall (ao associar a cidadania à garantia de direitos civis, políticos e sociais) ou Jean Jacques Rousseau (educação como meio para preparar o indivíduo em suas variadas arestas) seriam ótimas referências para elucubrar a dimensão prioritária que a educação pode oferecer para uma sociedade.

Por fim, a banca Cesgranrio acerta muito na escolha do tema. Pensando no alcance da prova, discutir o modelo educacional de uma nação que tem resultados preocupantes em avaliações internacionais (como é o Caso do Pisa, que avalia leitura, matemática e ciências), é algo de utilidade pública.

Para que a educação seja levada ao devido patamar de representatividade e que possa ser pensada como o encaminhamento para uma nação que busca o verdadeiro progresso, problematizar estratégias eficientes passa por integrar os variados segmentos sociais ao debate.

BLOCO 8 - NÍVEL INTERMEDIÁRIO - TARDE

NOÇÕES DE DIREITO

1. O imprudente condutor do caminhão de uma empresa responsável pela coleta de lixo em vias públicas colidiu e causou danos ao veículo de um particular. A empresa alegou que estava desempenhando um serviço público insalubre e se recusou a ressarcir o motorista do veículo particular. Nessa situação, tendo em vista a responsabilidade civil da empresa,

- A) a insalubridade do serviço público prestado dispensa o ressarcimento de danos causados a terceiros.
- B) a essencialidade do serviço público prestado dispensa o ressarcimento de danos causados a terceiros.
- C) o ressarcimento de danos causados a terceiros por empresas prestadoras de serviços públicos depende de mútuo consentimento entre as partes.
- D) o ressarcimento de danos causados a terceiros por empresas prestadoras de serviços públicos depende de autorização do Tribunal de Contas.
- E) as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

Comentários:

Segundo a Constituição Federal:

Art. 37 [...] § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Trata-se da responsabilidade civil do Estado, que decorre da teoria do risco administrativo. Assim, as pessoas jurídicas de direito privado que prestam serviços públicos, como as concessionárias de serviços públicos, respondem de forma direta e objetiva pelo dano que seus agentes causarem a terceiros. Esse é justamente o caso da questão.

Assim, o gabarito é a letra E.

Vejamos o erro nas outras opções:

- a) **Errada.** A insalubridade do serviço não é excludente de responsabilidade. Somente caso fortuito ou força maior, culpa exclusiva da vítima e ato exclusivo de terceiros é que excluem a responsabilidade estatal.
- b) **Errada.** Muitos serviços públicos são essenciais, mas isso não tem relação com a exclusão da responsabilidade.

c) **Errada.** O ressarcimento independe de consentimento. Imagine que A (causador do acidente) bate no carro de B. A terá que ressarcir, querendo ou não. A mesma lógica aplica-se à responsabilidade estatal, justamente por isso não há o tal consentimento.

d) **Errada.** O Tribunal de Contas não tem essa competência.

Gabarito: letra E

2. Uma autoridade pública agiu, no desempenho de suas atribuições, de forma ilegal e com abuso de poder ao autuar uma empresa para compeli-la ao pagamento de um tributo indevido. Qual medida judicial é constitucionalmente assegurada para proteger o direito líquido e certo da empresa ao não recolhimento?

- A) Apelação
- B) Habeas corpus
- C) Mandado de segurança
- D) Embargos de declaração
- E) Agravo de instrumento

Comentários:

A. Incorreta. A apelação é o recurso cabível quando há uma sentença.

B. Incorreta. Dispõe o art. 5º, LXVIII, da CRFB/88: “LXVIII - conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.”

C. Correta. Dispõe o art. 1º da Lei nº 12.016/09: “Art. 1º. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça”.

D. Incorreta. Os embargos de declaração são cabíveis quando para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, ou corrigir erro material das decisões judiciais.

E. Incorreta. O Agravo de Instrumento é cabível contra decisões interlocutórias nos casos previstos em lei.

Gabarito: letra C

3. Um servidor público federal foi punido em um processo administrativo disciplinar com a pena de demissão, pela prática de corrupção. Posteriormente, ele foi absolvido na esfera penal, por insuficiência de provas, pelos mesmos fatos que ensejaram a punição no âmbito administrativo.

Como fica a situação funcional do servidor?

- A) Ele terá direito à revisão do processo na esfera administrativa.
- B) Ele terá direito a ser reintegrado.
- C) Ele terá direito à aposentadoria proporcional.
- D) Ele terá direito à indenização por danos materiais e morais.
- E) Ele não terá direito à revisão do processo em razão do motivo da absolvição.

Comentários:

Pelo exercício irregular de suas atribuições, um servidor poderá responder nas esferas administrativa, civil e penal. Com efeito, as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si (Lei nº 8.112/1990, art. 125). Portanto, os procedimentos de apuração em cada esfera correm em separado, e o servidor poderá sofrer simultaneamente sanções em cada uma delas.

Todavia, a Lei nº 8.112/1990 dispõe que **“a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria”**.

A negativa do fato é a prova de que a conduta não ocorreu, ou seja, o servidor prova que não houve o furto, roubo, desvio etc. Já a negativa de autoria é a prova de que o servidor não foi o autor. Por exemplo: não foi o João, mas a Ana quem cometeu o ilícito. Somente esses dois casos vinculam as demais instâncias.

Se a absolvição decorrer de qualquer outro motivo, como a ausência de provas, não haverá vinculação.

Dessa forma, como o servidor foi absolvido por insuficiência de provas, ele não terá direito à revisão do processo em razão do motivo da absolvição (letra E).

Assim, as demais opções estão todas erradas, já que o servidor não terá direito à revisão do processo (letra A); não será reintegrado, pois a demissão permanece válida (letra B); não será aposentado (letra C); e não receberá qualquer indenização (letra D).

Gabarito: letra E

4. Ao analisar e deferir o pedido de licença para construção formulado por uma empresa, um servidor público praticou um ato ilegal.

No âmbito da Administração Pública Federal, no que diz respeito à proteção dos direitos dos administradores e ao melhor cumprimento dos fins da administração, quando um ato praticado é ilegal, o(a)

- A) Tribunal de Contas pode revogar esse ato eivado de ilegalidade.
- B) Poder Judiciário pode revogar esse ato ilegal.
- C) Ministério Público deve pedir a revogação do ato ilegal perante o Poder Judiciário.
- D) Administração Pública deve anular esse ato eivado de ilegalidade.
- E) Administração Pública pode revogar esse ato ilegal.

Comentários:

A anulação é o desfazimento de um ato administrativo ilegal (viciado). Essa medida poderá ser realizada pela Administração Pública, no exercício da autotutela, ou pelo Poder Judiciário, mediante controle jurisdicional. Logo, o gabarito é a letra D.

As opções A, B, C e E estão erradas, pois a revogação é controle de mérito de ato administrativo válido e discricionário. Todavia, o enunciado da questão versava sobre um ato inválido. Além disso, não cabe ao TC, MP ou Judiciário revogar atos editados pela Administração Pública.

Gabarito: letra D

5. Com o intuito de impressionar e favorecer a sua noiva, um servidor público integrante da banca de um concurso público revelou o teor e o gabarito de algumas questões desse concurso, do qual ela era candidata.

Essa conduta

- A) não implica contrariedade aos princípios da administração pública.
- B) deve ser submetida à análise do Tribunal de Contas.
- C) constitui ato de improbidade administrativa, importando em enriquecimento ilícito.
- D) constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- E) constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

Comentários:

De acordo com a Lei nº 8.429/1992:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:

III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado;

V - frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros;

Conclui-se que a conduta do servidor configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública (letra E).

Gabarito: letra E

6. No livro “Torto Arado”, de Itamar Vieira Junior, em sua orelha, lê-se: “...um dos grandes trunfos deste romance é a representação – com eloquência e humanidade – dos descendentes de escravizados africanos para os quais a Abolição significou muito pouco, visto que ainda sobrevivem em situação análoga à escravidão”.

Considerado o texto acima, a contemporaneidade brasileira e o conjunto de direitos contidos no Título dos direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988, constata-se que

- A) ainda hoje há brasileiros descendentes de escravizados que não gozam do direito à liberdade e à dignidade preconizada no texto constitucional.
- B) o direito à liberdade e à dignidade, hoje e sempre, foi amplo, geral e irrestrito.
- C) a liberdade e a dignidade são direitos plenos e efetivos desde a promulgação da Lei Áurea.
- D) ainda hoje não se pode reclamar o direito à liberdade e à dignidade.
- E) no Brasil de hoje não se criminalizam práticas análogas à escravização.

Comentários:

- A. Correta. Embora a Constituição Federal preveja diversos direitos fundamentais, entre eles, a liberdade e a dignidade da pessoa humana, nos dias atuais, ainda há muitas pessoas que não gozam plenamente desses direitos.
- B. Incorreta. A liberdade e a dignidade não são direitos garantidos desde sempre. A liberdade, considerada um direito fundamental de primeira geração, que consiste nos direitos civis e políticos, foi reconhecida no final do século XVIII com as Revoluções Francesa e Americana. Já a dignidade, considerada direito fundamental de segunda geração, que consiste nos direitos econômicos, sociais e culturais, surgiu apenas após a Primeira Guerra Mundial. Ainda assim, mesmo após o surgimento, sua aplicação não foi ampla, geral e irrestrita.
- C. Incorreta. A liberdade e a dignidade não foram direitos plenos e efetivos desde a Lei Áurea. Os direitos fundamentais de segunda geração, que incluem a dignidade, surgiram após a Primeira Guerra Mundial, anos depois da Lei Áurea. Ainda assim, a aplicação de ambos não foi plena e efetiva por muitos anos.
- D. Incorreta. Ambos os direitos são previstos na Constituição Federal e, quando violados, a parte lesada pode reclamá-los.
- E. Incorreta. A vedação ao trabalho análogo ao escravo tem previsão no Código Penal e no art. 243 da CRFB/88, ambos com previsão de punição para quem cometa tal prática.

Gabarito: letra A

7. No âmbito da Administração Pública, entende-se que ocorre o ato administrativo discricionário quando

- A) a Administração, diante do caso concreto, tem a possibilidade de apreciá-lo segundo critérios de oportunidade e conveniência e escolher uma dentre duas ou mais soluções, todas válidas para o direito.
- B) os agentes públicos ou permissionários, diante do caso concreto, têm a possibilidade de apreciá-lo segundo critérios de oportunidade, diligência e eficiência e escolher várias dentre as soluções, todas válidas para o direito do consumidor.
- C) os agentes públicos ou privados em nome da Administração, diante do caso concreto, têm a possibilidade de apreciá-lo segundo critérios de oportunidade e celeridade e escolher várias dentre as soluções, todas válidas para o direito tributário.

- D) os agentes públicos ou concessionários, diante do caso concreto, têm a possibilidade de apreciá-lo segundo critérios de oportunidade e eficiência e escolher uma dentre as várias soluções, todas válidas para o direito privado.
- E) os agentes públicos ou privados em nome da Administração, diante do caso concreto, têm a possibilidade de apreciá-lo segundo critérios de consciência, razoabilidade e pessoalidade e escolher várias dentre as soluções, todas válidas para o direito contratual.

Comentários:

O ato administrativo discricionário é aquele em que a Administração Pública dispõe de margem de liberdade para escolher entre duas ou mais alternativas igualmente válidas para resolver a situação concreta. Nesse caso, a autoridade pública fará um juízo de conveniência e oportunidade, ou seja, um juízo para definir qual é a melhor decisão para atender ao interesse público e qual é o melhor momento para editar o ato. Assim, o gabarito é a letra A.

As demais opções são todas erradas, seja porque o juízo não é realizado por permissionários, agentes privados ou concessionárias, seja porque a análise não envolve “diligência”, “eficiência”, “celeridade”, “consciência, razoabilidade e pessoalidade”.

Gabarito: letra A

8. Segundo o art. 37 da Constituição Federal de 1988, “A Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Além disso, deverá obedecer ao seguinte:

- A) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros e imigrantes indocumentados, na forma da lei.
- B) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, sem quaisquer ressalvas quanto às nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- C) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

- D) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado sem qualquer prioridade sobre novos concursados cotistas para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- E) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência, sendo ato discricionário e desvinculado de lei os critérios de sua admissão.

Comentários:

Vamos colocar diretamente o fundamento da Constituição, com destaque para o erro, acerto e alternativa:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros (*não tem previsão de imigrantes*) na forma da lei; (*letra A – errada*)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (*letra B – errada*)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período; (*letra C – correta*)

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira; (*letra D – errada*)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão; (*letra E – errada*)

Portanto, o gabarito é a letra C, pois o concurso tem prazo de validade de até dois anos, prorrogáveis uma vez por igual período.

Gabarito: letra C

9. Existem entes da Administração Direta e entes da Administração Indireta.**Nesse sentido, verifica-se o seguinte:**

- A) Ministérios e empresas públicas integram a Administração Direta.
- B) Senado Federal e autarquias integram a Administração Indireta.
- C) Tribunal de Contas e Supremo Tribunal Federal integram a Administração Direta.
- D) Câmara dos Deputados e fundações públicas federais integram a Administração Direta.
- E) Tribunal Superior do Trabalho e sociedade de economia mista integram a Administração Indireta.

Comentários:

A administração direta (centralizada) é formada pelos órgãos que compõem a estrutura da pessoa política (União, estados, DF e municípios). Na questão, temos como órgãos da administração direta os ministérios, o Senado Federal, o Tribunal de Contas, o Supremo Tribunal Federal e a Câmara dos Deputados.

Já no âmbito da administração indireta, encontramos as entidades administrativas. Na questão, são citadas as seguintes entidades: empresas públicas, autarquias, fundações públicas federais e sociedades de economia mista. Logo, somente a letra C fez a correlação exata, já que Tribunal de Contas e Supremo Tribunal Federal integram a Administração Direta.

A seguir, vamos destacar o erro em vermelho:

- a) **Errada.** Ministérios e **empresas públicas (indireta)** integram a Administração **Direta**.
- b) **Errada.** **Senado Federal (direta)** e autarquias integram a Administração **Indireta**.
- c) **Certa.** **Tribunal de Contas** e **Supremo Tribunal Federal** integram a Administração **Direta**.
- d) **Errada.** Câmara dos Deputados e **fundações públicas federais (indireta)** integram a Administração **Direta**.
- e) **Errada.** **Tribunal Superior do Trabalho (direta)** e sociedade de economia mista integram a Administração **Indireta**.

Gabarito: letra C

10. A Educação Infantil representa prerrogativa constitucional inafastável, que assegura às crianças de zero a cinco anos de idade a primeira etapa do processo de educação básica, mediante o atendimento em creche e o acesso à pré-escola. Nesse contexto, a Educação Infantil é um direito que

- A) depende de instrução normativa do Poder Judiciário pela disponibilidade de recursos públicos.
- B) é obrigação exclusiva do Poder Executivo.
- C) é assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata.
- D) não pode ser imposto pelo Poder Judiciário ao gestor público, por ofensa ao princípio da separação de poderes.
- E) não representa um dever, mas uma meta e como tal pode não ser alcançada pela Administração Pública.

Comentários:

- A. Incorreta. A educação infantil é direito fundamental, sendo norma de eficácia plena. Portanto, independe de instrução normativa.
- B. Incorreta. A educação infantil deve ser assegurada pelo Poder Público, não sendo obrigação exclusiva de um único poder.
- C. Correta. Conforme entendimento do STF proferido no RE 1008166: “1. A educação básica em todas as suas fases - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. 2. A educação infantil compreende creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos)”.
- D. Incorreta. Por ser um direito fundamental e uma norma constitucional de eficácia plena e de aplicabilidade direta e imediata, pode ser imposto pelo Poder Judiciário em caso de desídia do órgão competente.
- E. Incorreta. Trata-se de um direito fundamental e de um dever do Poder Público.

Gabarito: letra C

11. Um funcionário de um determinado Estado pretende realizar transposição da situação jurídica de empregado público da Companhia Estadual de Eletricidade, uma sociedade de economia mista, para os quadros funcionais da Administração direta desse Estado como servidor efetivo e estatutário. No Estado em que desempenha suas funções, há lei recém-editada que autoriza a transposição, desde que a opção seja exercida no prazo de 6 meses de sua edição.

A pretensão descrita, à luz da Constituição Federal de 1988, é

- A) legal, válida e eficaz, se exercida dentro do prazo mencionado pela lei.
- B) legal, porém só será eficaz se houver necessidade extraordinária do Estado na transposição.
- C) ilegal, por causar desequilíbrio financeiro ao Estado, onerando os cofres públicos.
- D) inconstitucional, por permitir a transposição sem a prévia realização de concurso público.
- E) constitucional, porque seria admissível a transposição entre o trabalho executado e a função pública a realizar.

Comentários:

Na situação da questão, houve a transposição de um cargo para outro, sem realização de concurso público. Tal medida é inconstitucional.

De forma mais genérica, a Súmula Vinculante 43 prevê que:

Súmula Vinculante 43: É **inconstitucional** toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

Recentemente, o Supremo analisou um caso semelhante ao da questão, afirmando que (RE 1.232.885, julgamento em 13/4/2023):

É inconstitucional dispositivo de Constituição estadual que permite transposição, absorção ou aproveitamento de empregado público no quadro estatutário da Administração Pública estadual sem prévia aprovação em concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal.

Com isso, o gabarito é a letra D.

As letras A, B e E afirmam que a transposição é legal ou constitucional, e vimos que não é. Por fim, a letra C afirma que a medida é ilegal, por causar desequilíbrio financeiro ao Estado. Porém, esse não é o motivo da invalidade do ato, mas sim o fato de ocorrer sem aprovação em concurso, violando a regra do art. 37, II, do texto constitucional.

Gabarito: letra D

12. Os Conselhos Profissionais, enquanto autarquias corporativas criadas por lei com outorga para o exercício de atividade típica do Estado, constituem-se em espécie *suigeneris* de pessoa jurídica de direito público não estatal, com maior grau de autonomia administrativa e financeira. Eles têm natureza peculiar que justifica o afastamento de algumas das regras, normalmente, impostas às pessoas jurídicas de direito público. No que diz respeito à legislação aplicável aos Conselhos Profissionais, certo é que a

- A) legislação permite que contratem pessoas sob o regime celetista.
- B) contratação por pessoa jurídica de direito público será sempre realizada pelo regime estatutário.
- C) autonomia e a independência relativas das quais usufruem são pertinentes ao conceito de Administração indireta.
- D) tutela administrativa e a supervisão ministerial são imposições a que estão sujeitas.
- E) remuneração dos seus servidores será sempre fixada pelo Poder Executivo.

Comentários:

Essa questão acabou exigindo a decisão do STF da ADC 36/DF, julgada em 8/9/2020. Na ocasião, o Supremo entendeu que os conselhos profissionais, enquanto autarquias corporativas criadas por lei com outorga para o exercício de atividade típica do Estado, **têm maior grau de autonomia administrativa e financeira**, constituindo espécie *sui generis* de **pessoa jurídica de direito público não estatal**.

Por isso, para tais entidades, não se aplica a obrigatoriedade do regime jurídico único preconizado pelo artigo 39 do texto constitucional. Logo, o STF afirmou que é constitucional “legislação que permite a contratação no âmbito dos Conselhos Profissionais sob o regime celetista”. Assim, o gabarito é a letra A.

Gabarito: letra A

13. Dentre os direitos e garantias fundamentais, há aquele de não produzir prova contra si mesmo. Esse direito admite restrição, desde que não seja afetado o núcleo essencial da garantia e a limitação decorra da ponderação com a efetivação de outros direitos constitucionais, respeitado o cânone da dignidade humana.

Conclui-se, portanto, que o direito fundamental de não autoincriminar-se comporta a(o)

- A) valoração do investigado como se estivesse sendo objeto das provas.
- B) possibilidade de não se manifestar, mas não de negar a prática da infração.
- C) inviabilidade de se admitir a confissão como prova da autoria do delito.
- D) informação ao preso sobre seus direitos, dentre os quais o de permanecer calado.
- E) direito de se atribuir falsa identidade perante a autoridade policial.

Comentários:

- A. Incorreta. O investigado não deve ser considerado objeto das provas, pois não tem obrigação de produzir prova contra si mesmo.
- B. Incorreta. A pessoa possui direito tanto de permanecer em silêncio quanto de negar os fatos que lhe são imputados, sendo essa uma garantia da não autoincriminação.
- C. A confissão é uma das provas admitidas para comprovar a autoria dos delitos.
- D. Correta. Conforme art. 5º, LXIII, CRFB/88: "LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado".
- E. Incorreta. A garantia da não autoincriminação não inclui a utilização de documentos falsos perante autoridade policial.

Gabarito: letra D

14. Um servidor público vinculado ao Poder Judiciário do Estado W requereu o reconhecimento de atualização das verbas pertinentes ao seu cargo. Foi-lhe informado que não poderia ocorrer qualquer majoração, pois o total de sua remuneração não poderia superar o percebido pelo Chefe do Poder Executivo. Nos termos da Constituição Federal de 1988, a remuneração dos servidores públicos não poderá exceder o subsídio mensal do(s)

- A) Presidente da República
- B) Ministros do Supremo Tribunal Federal
- C) Integrantes do Senado Federal
- D) Integrantes da Câmara dos Deputados
- E) Integrantes do Tribunal de Contas da União

Comentários:

A questão está cobrando o teto constitucional remuneratório. Segundo a Constituição:

Art. 37 (...)

XI - a **remuneração e o subsídio** dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, **não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal**, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

Podemos visualizar o caso também pela figura a seguir:



Assim, não resta dúvidas de que o gabarito é a letra B.

Gabarito: letra B

15. Um cidadão mudou-se para o exterior, fixando seu domicílio em país integrante da comunidade europeia. Para exercer seus direitos políticos, requereu a naturalização, passando a ter duas nacionalidades, a originária, no caso, brasileira, e a derivada, do país onde exerce suas atividades. Nos termos da Constituição Federal de 1988, a aquisição de outra nacionalidade acarreta a

- A) suspensão da nacionalidade brasileira enquanto durar processo administrativo de aferição.
- B) perda automática da nacionalidade brasileira.
- C) perda da nacionalidade brasileira, caso haja pedido expresso nesse sentido.
- D) manutenção da nacionalidade brasileira, caso haja decisão favorável do Ministério da Justiça.
- E) manutenção da nacionalidade brasileira, caso a aquisição esteja condicionada ao exercício de direitos civis.

Comentários:

(C). Correta. Recente alteração na Constituição Federal passou a prever uma única hipótese de perda da nacionalidade brasileira originária, conforme o art. 12, §4º, II:

§ 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

Assim, ele apenas deixará de ser brasileiro se fizer o requerimento, expressamente, de que deseja a perda da nacionalidade brasileira.

Portanto, incorretas as demais alternativas.

Gabarito: letra C

MATEMÁTICA

16. Uma bomba com vazão de 2 litros de água por segundo consegue encher uma determinada piscina, inicialmente vazia, em 4h10min. Quantas toneladas mede a massa de água contida nessa piscina, quando cheia?

- A) 2,5
- B) 3,0
- C) 15,0
- D) 25,0
- E) 30,0

Comentários:

Inicialmente, **vamos calcular o tempo, em segundos, em que a bomba enche a piscina.**

Sabemos que **1h = 60 min**. Logo, o tempo de **4h10min** escrito em minutos é:

$$\begin{aligned} 4 \times 60 + 10 \\ = 240 + 10 \\ = 250 \text{ min} \end{aligned}$$

Além disso, **1 min = 60 segundos**. Portanto, o tempo de **250 min** em segundos é:

$$\begin{aligned} 250 \times 60 \\ = 15.000\text{s} \end{aligned}$$

Sabemos que a bomba tem vazão de **2 litros de água por segundo**. Como são necessários 15.000 segundos para encher a piscina, o volume da piscina, em litros, é:

$$\begin{aligned} 2 \times 15.000 \\ = 30.000 \text{ litros} \end{aligned}$$

Para a água, temos a seguinte relação entre volume e massa: **1 litro = 1 kg**. Portanto, a **massa de água contida na piscina é 30.000 kg**.

Sabemos que **1 tonelada = 1.000kg**. Logo, para convertermos a massa de **kg** para **tonelada**, devemos dividir o valor por 1.000. Consequentemente, a massa de água contida na piscina, em toneladas, é:

$$\frac{30.000}{1.000} = 30 \text{ toneladas}$$

Gabarito: letra E

17. Em uma loja, o preço de um determinado produto sofreu um desconto de 20% e passou a ser R\$ 36,00. Mais tarde, no entanto, viu-se que tal desconto havia sido dado por engano e que o correto era que fosse dado um aumento de 20% no preço original do produto.

Se o engano não tivesse ocorrido, então, após o aumento, o preço do produto, em reais, seria

- A) 76,00
- B) 54,00
- C) 51,84
- D) 50,40
- E) 36,40

Comentários:

Vamos chamar o valor inicial do produto de x:

O preço de um produto sofreu um desconto de 20% e passou a ser R\$ 36,00. Logo, x será igual a:

$$x - \frac{20}{100} \times x = 36$$

$$x - 0,2x = 36$$

$$0,8x = 36$$

$$x = \frac{36}{0,8} \rightarrow x = 45$$

Logo, o produto custava R\$ 45,00.

Viu-se que **tal desconto havia sido dado por engano** e que o correto era que fosse dado um aumento de 20% no preço original do produto.

Sendo assim, **após o aumento de 20% o valor V deveria ser:**

$$V = 45 + \frac{20}{100} \times 45$$

$$V = 45 + 9 \rightarrow V = 54$$

Gabarito: letra B

18. Um setor de uma empresa é formado por 11 funcionários, dos quais 4 são estagiários e 7 são efetivos. Um grupo de 5 funcionários foi formado a partir de um sorteio aleatório entre os funcionários desse setor. Qual é a probabilidade de o grupo formado possuir apenas um funcionário estagiário?

- A) 1/4
- B) 1/5
- C) 4/11
- D) 1/22
- E) 10/33

Comentários:

A probabilidade desejada pode ser calculada pela razão entre o número de casos favoráveis e o número total de casos possíveis:

$$P = \frac{\text{casos favoráveis}}{\text{casos possíveis}} = \frac{n(A)}{n(U)}$$

Em relação ao total dos casos possíveis, temos a escolha de 5 funcionários para o grupo, entre todos os 11. Como a ordem dessa escolha não importa, utilizamos a combinação:

$$C_{11,5} = \frac{11!}{(11-5)! \times 5!} = \frac{11 \times 10 \times 9 \times 8 \times 7 \times 6!}{6! \times 5!} = \frac{11 \times 10 \times 9 \times 8 \times 7}{5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1}$$
$$C_{11,5} = 11 \times 3 \times 2 \times 7 = 462$$

Em relação aos casos favoráveis, devemos selecionar 1 estagiário entre 4:

$$C_{4,1} = \frac{4!}{(4-1)! \times 1!} = \frac{4 \times 3!}{3! \times 1} = 4$$

Ademais, os outros 4 funcionários que formarão o grupo (além do estagiário) devem ser efetivos. Portanto, temos a combinação de 7 escolhe 4:

$$C_{7,4} = \frac{7!}{(7-4)! \times 4!} = \frac{7 \times 6 \times 5 \times 4!}{3! \times 4!} = \frac{7 \times 6 \times 5}{3 \times 2 \times 1} = 7 \times 5 = 35$$

Como precisamos escolher o estagiário E os demais funcionários para o grupo (eventos concomitantes), aplicamos o princípio multiplicativo:

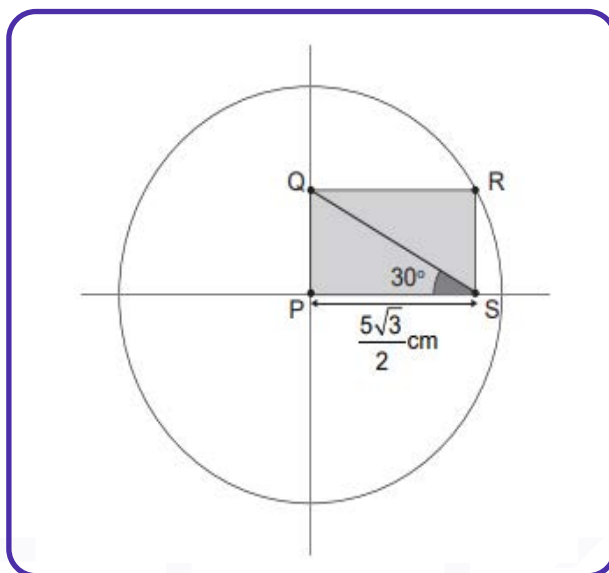
$$n(A) = 4 \times 35 = 140$$

A probabilidade é a razão entre esses resultados:

$$P = \frac{140}{462} = \frac{10}{33}$$

Gabarito: letra E

19. A Figura representa um círculo cujo centro é o ponto P. O retângulo PQRS é tal que o lado PS mede $\frac{5\sqrt{3}}{2}$ cm, o ponto R pertence à circunferência, e o ângulo \widehat{RSP} mede 30° . O valor numérico da medida da área do círculo, em cm^2 é igual a



- (A) $\frac{25\sqrt{3}}{4}$
(B) 10π
(C) 25π
(D) $\frac{75\pi}{4}$
(E) 36π

Comentários:

Para calcular a área do círculo, precisaremos determinar seu raio!

Inicialmente, observe que **o raio do círculo em questão coincide com a diagonal PR do retângulo destacado.**

Como o retângulo possui duas diagonais iguais, então podemos escrever que:

$$PR = QS = r$$

Em que “r” é o raio procurado.

Do triângulo retângulo PQS, podemos escrever:

$$\cos 30^\circ = \frac{PS}{QS}$$

Substituindo $\cos 30^\circ = \frac{\sqrt{3}}{2}$ e $PS = \frac{5\sqrt{3}}{2}$, temos:

$$\frac{\sqrt{3}}{2} = \frac{\frac{5\sqrt{3}}{2}}{QS} \quad \rightarrow \quad 1 = \frac{5}{QS} \quad \rightarrow \quad QS = 5$$

Pronto! Como o raio da circunferência é igual a QS, temos:

$$r = 5$$

Da área do círculo, podemos escrever:

$$A = \pi r^2$$

$$A = \pi(5^2)$$

$$\boxed{A = 25\pi}$$

Gabarito: letra C

20. Sejam $\{a_n\}_{n \in \mathbb{N}}$ e $\{b_n\}_{n \in \mathbb{N}}$ duas seqüências de números reais, tais que $b_n = 2^{a_n}, \forall n \in \mathbb{N}$. Sabe-se que $\{b_n\}_{n \in \mathbb{N}}$ é uma progressão geométrica cujo primeiro termo é 16 e cuja razão é 8. Necessariamente, a seqüência numérica $\{a_n\}_{n \in \mathbb{N}}$ é uma progressão

- A) aritmética, cujo primeiro termo é 4 e cuja razão é 3.
- B) aritmética, cujo primeiro termo é 8 e cuja razão é 4.
- C) aritmética, cujo primeiro termo é 16 e cuja razão é 8.
- D) geométrica, cujo primeiro termo é 4 e cuja razão é 3.
- E) geométrica, cujo primeiro termo é 8 e cuja razão é 4.

Comentários:

Inicialmente, vamos escrever alguns termos de . De acordo com o enunciado, **é uma progressão geométrica com e** . Dessa forma:

$$\begin{aligned} b_1 &= 16 \\ b_2 &= 16 \cdot 8 = 128 \\ b_3 &= 16 \cdot 8^2 = 1.024 \\ b_4 &= 16 \cdot 8^3 = 8.192 \end{aligned}$$

Agora, vamos colocar esses termos em **formato de potência de 2!**

$$\begin{aligned} b_1 &= 2^4 \\ b_2 &= 2^7 \\ b_3 &= 2^{10} \\ b_4 &= 2^{13} \end{aligned}$$

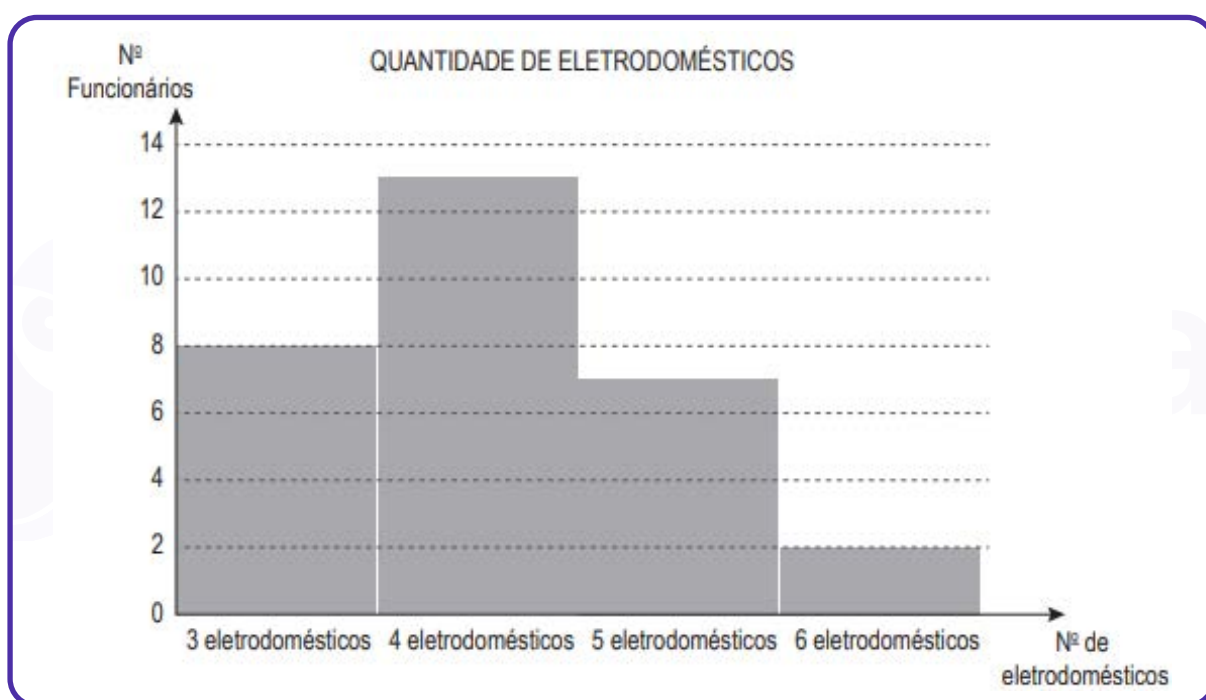
Colocar os termos nesse formato nos possibilitará encontrar a seqüência $\{a_n\}_{n \in \mathbb{N}}$ mais facilmente. De acordo com o enunciado, temos que , $b_n = 2^{a_n}, \forall n \in \mathbb{N}$. Sendo assim, podemos escrever:

$$\begin{aligned} b_1 &= 2^{a_1} \quad \rightarrow \quad 2^4 = 2^{a_1} \quad \rightarrow \quad a_1 = 4 \\ b_2 &= 2^{a_2} \quad \rightarrow \quad 2^7 = 2^{a_2} \quad \rightarrow \quad a_2 = 7 \\ b_3 &= 2^{a_3} \quad \rightarrow \quad 2^{10} = 2^{a_3} \quad \rightarrow \quad a_3 = 10 \\ b_4 &= 2^{a_4} \quad \rightarrow \quad 2^{13} = 2^{a_4} \quad \rightarrow \quad a_4 = 13 \end{aligned}$$

Note que **é uma progressão aritmética de primeiro termo igual a 4 e razão igual a 3**. Logo, podemos marcar a alternativa A.

Gabarito: letra A

21. Uma pesquisa foi feita com os funcionários de uma empresa, acerca da quantidade de eletrodomésticos que cada um possui em sua casa. Os dados obtidos na pesquisa estão representados no histograma. A diferença entre a média aritmética e a mediana do número de eletrodomésticos presentes nas casas dos



funcionários dessa empresa é

- A) 4,0
- B) 3,5
- C) 0,5
- D) 0,1
- E) 0

Comentários:

Para resolver essa questão, precisamos calcular a média aritmética e a mediana do número de eletrodomésticos e, em seguida, encontrar a diferença entre esses dois valores.

A média aritmética é dada por:

$$\text{Média} = \frac{\sum (\text{número de eletrodomésticos}) \times (\text{número de funcionários})}{\text{total de funcionários}}$$

Vamos calcular cada produto e somá-los:

$$\bullet \rightarrow 3 \times 8 = 24$$

$$\bullet \rightarrow 4 \times 13 = 52$$

$$\bullet \rightarrow 5 \times 7 = 35$$

$$\bullet \rightarrow 6 \times 2 = 12$$

6 x 2 = 12 Agora, somamos os produtos:

$$24 + 52 + 35 + 12 = 123$$

O total de funcionários é:

$$8 + 13 + 7 + 2 = 30$$

Logo, a média aritmética é:

$$\text{Média} = \frac{123}{30} \cong 4,1$$

Para encontrar a mediana, precisamos organizar os dados em ordem crescente e identificar o valor central. A mediana será a média dos valores nas posições 15 e 16, que estão no grupo com 4 eletrodomésticos. Logo, a mediana é 4.

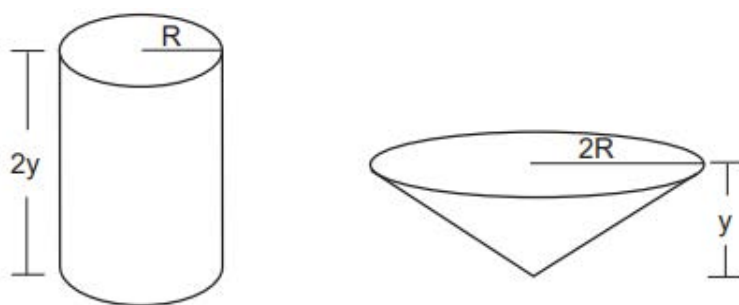
Agora, subtraímos a mediana da média aritmética:

$$\text{Diferença} = 4,1 - 4 = 0,1$$

A diferença entre a média aritmética e a mediana é 0,1.

Gabarito: letra D

22. Em uma fábrica, há dois tanques, um no formato de um cilindro circular reto, com raio de base medindo R e altura medindo $2y$, e outro no formato de um cone circular reto, com raio de base medindo $2R$ e altura medindo y , como indicado na Figura.



Considere que esses dois tanques estejam inicialmente vazios e despreze a espessura de suas superfícies. Sabe-se que uma torneira, de vazão constante, levou 2 h 24 min para encher completamente o tanque cilíndrico.

O tempo necessário e suficiente para que essa mesma torneira, com a mesma vazão, encha completamente o tanque cônico é de

- A) 1 h 24 min
- B) 1 h 36 min
- C) 1 h 54 min
- D) 2 h 24 min
- E) 3 h 36 min

Comentários:

Inicialmente, devemos **escrever os volumes** de cada um dos sólidos da questão.

$$V_{cilindro} = \pi r^2 H \quad \rightarrow \quad V_{cilindro} = \pi R^2 (2y) \quad \rightarrow \quad V_{cilindro} = 2y\pi R^2$$

$$V_{cone} = \frac{\pi r^2 H}{3} \quad \rightarrow \quad V_{cone} = \frac{\pi (2R)^2 (y)}{3} \quad \rightarrow \quad V_{cone} = \frac{4y\pi R^2}{3}$$

Agora, vamos fazer uma **regra de três simples**. Se a torneira levou 2h24min (**144 minutos**) para encher um cilindro de de volume, então levará “x” minutos para encher um cone de .

$$\begin{array}{ccc} 2y\pi R^2 & \longleftrightarrow & 144 \text{ minutos} \\ \frac{4y\pi R^2}{3} & \longleftrightarrow & x \text{ minutos} \end{array}$$

Quanto maior o volume, mais tempo levará para a torneira encher o recipiente. Logo, **são grandezas diretamente proporcionais e podemos fazer a multiplicação cruzada**.

$$(2y\pi R^2)x = \left(\frac{4y\pi R^2}{3}\right) \cdot 144$$

$$x = \frac{2 \cdot 144}{3}$$

$$\boxed{x = 96 \text{ minutos}}$$

Ora, **96 minutos equivalem a 1 hora e 36 minutos**, conforme a alternativa B.

Gabarito: letra B

23) Em um domingo decisivo de um campeonato de futebol, um canal de TV destinará um período da sua grade de programação à cobertura de três partidas, que ocorrerão em horários diferentes. As três coberturas terão a mesma duração, ocorrerão uma após a outra e totalizarão 7 horas e 5 minutos. Dessa forma, cada uma das três coberturas deverá durar P horas, Q minutos e R segundos, em que P, Q e R são números naturais, com $Q < 60$ e $R < 60$. Sendo assim, o valor de $P + Q + R$ é igual a

- A) 63
- B) 65
- C) 68
- D) 72
- E) 74

Comentários:

Inicialmente, vamos obter o tempo total das três coberturas em segundos.

Sabemos que **1h = 60 min**. Logo, o tempo de **7h05min** escrito em minutos é:

$$\begin{aligned} & 7 \times 60 + 5 \\ & = 420 + 5 \\ & = 425 \text{ min} \end{aligned}$$

Além disso, **1 min = 60 segundos**. Portanto, o tempo de **425 min** em segundos é:

$$\begin{aligned} & 425 \times 60 \\ & = 25.500s \end{aligned}$$

Como o tempo total das três coberturas é de 25.500 segundos, o tempo de cada cobertura, em segundos, é:

$$\frac{25.500}{3} = 8.500s$$

Agora que sabemos o tempo de cada cobertura em segundos, vamos transformar esse tempo em horas, minutos e segundos.

- Sabemos que **1 min = 60 segundos**. Ao dividir **8.500 s** por **60**, obtemos quociente 141 e resto 40. Logo:

$$8.500s = 141\text{min } 40s$$

- Sabemos que **1h = 60 min**. Ao dividir 141 min por 60, obtemos quociente 2 e resto 21. Logo:

$$141\text{min} = 2\text{h } 21\text{min}$$

Portanto, o tempo de cada cobertura é:

$$\begin{aligned} 8.500s &= \underbrace{141\text{min}}_{2\text{h } 21\text{min}} 40s \\ &= 2\text{h } 21\text{min } 40s \end{aligned}$$

Consequentemente, **P = 2**, **Q = 21** e **R = 40**. Logo:

$$\begin{aligned} P + Q + R \\ &= 2 + 21 + 40 \\ &= 63 \end{aligned}$$

Gabarito: letra A

24. Em cada partida de futebol profissional, atuam exatamente dois árbitros assistentes, mais conhecidos como bandeirinhas. Em um torneio, ficou estabelecido que cada bandeirinha pode atuar em mais de uma partida, porém a mesma dupla de bandeirinhas não pode ser repetida, ou seja, a mesma dupla não pode atuar em mais de uma partida. Nessas condições, dispondo-se de apenas 8 bandeirinhas, o número máximo de partidas que podem ser realizadas é igual a

- A) 16
- B) 28
- C) 36
- D) 56
- E) 64

Comentários:

O número de partidas corresponde ao número de maneiras de escolher 2 bandeirinhas, de modo que a ordem não importe. Nesse cálculo, a mesma dupla de bandeirinhas não pode ser selecionada mais de uma vez, e um bandeirinha pode ser selecionado mais de uma vez, desde que sua dupla seja outra, o que atende às restrições impostas pelo enunciado.

Considerando que a ordem não importa, o número de maneiras de escolher bandeirinhas, entre 8, corresponde à combinação de 8 escolhe 2:

$$C_{8,2} = \frac{8!}{(8-2)! \times 2!} = \frac{8 \times 7 \times 6!}{6! \times 2} = \frac{8 \times 7}{2} = 28$$

Gabarito: letra B

25. Em dezembro de 2023, dois irmãos, P e R, decidem investir em dólares, guardando-os cada um em suas respectivas casas. Na ocasião, P possui 3000 dólares, e R, 4000 dólares. A cada mês e começando em janeiro de 2024, P acrescenta 100 dólares à sua quantia, e R acrescenta 60 dólares à sua.

Certo dia, P diz a R:

— Mesmo tendo sido a minha quantia inicial menor do que a sua, em breve terei um investimento maior do que o seu, pois meu aporte mensal de 100 dólares é maior do que o seu de 60 dólares.

Então, R completou fazendo a seguinte previsão:

— Um dia o seu investimento será o dobro do meu.

Supondo-se que os aportes mensais se mantenham e nenhuma retirada ocorra, a previsão de R

- A) nunca será realizada.
- B) será realizada antes do ano 2034.
- C) será realizada entre os anos 2034 e 2044.
- D) será realizada entre os anos 2044 e 2054.
- E) será realizada depois do ano 2054.

Comentários:

- P possui 3000 dólares e acrescenta 100 dólares por mês. Logo, para um tempo genérico, P terá um valor total guardado de:

$$P = 3.000 + 100 \times t$$

- R possui 4000 dólares e acrescenta 60 dólares por mês. Logo, para um tempo t genérico, R terá um valor total guardado de:

$$R = 4.000 + 60 \times t$$

Vamos calcular o tempo t para que a previsão de R ocorra, isto é, para que o investimento de P seja o dobro do investimento de R:

$$3.000 + 100 \times t = 2 \times (4.000 + 60 \times t)$$

$$3.000 + 100t = 8.000 + 120t$$

$$100t - 120t = 8.000 - 3.000$$

$$-20t = 5.000$$

$$t = -\frac{5.000}{20}$$

Observe que teremos um tempo **NEGATIVO**. Ou seja, **a previsão de R nunca se realizará.**

Gabarito: letra A

26. Um pai envia, no grupo da família, em certa rede social, a seguinte mensagem para as suas quatro filhas, P, Q, R e S:

*Queridas, sei que vocês já estão grandinhas, mas deixei dinheiro em cima da geladeira, pelo Dia das Crianças. Dividam igualmente entre vocês quatro.
Beijos!*

Sabe-se que toda a quantia deixada pelo pai estava em reais. Nesse dia, a filha P chega da escola, pega $\frac{1}{4}$ da quantia deixada pelo pai e sai de casa. Em seguida, a filha Q chega e, acreditando ser a primeira a chegar, pega $\frac{1}{4}$ da quantia que encontra e também sai de casa. Depois disso, o mesmo acontece com a filha R, ou seja, ela também pega $\frac{1}{4}$ da quantia que encontra e sai. Mais tarde, quando a filha S chega, ciente de que é a última a apanhar a sua parte, pega os 270 reais que encontra, não restando, com isso, mais dinheiro. Dessa forma, quantos reais a filha Q pegou a mais do que a filha R?

- A) 80
- B) 45
- C) 40
- D) 30
- E) 15

Comentários:

Inicialmente, vamos supor que o valor deixado pelo pai seja de x reais.

A filha P pega 1/4 da quantia deixada pelo pai. Portanto:

- A filha P pega:

$$\frac{x}{4}$$

- A quantia restante é:

$$\begin{aligned} x - \frac{x}{4} &= \frac{4x - x}{4} \\ &= \frac{3x}{4} \end{aligned}$$

A filha Q pega 1/4 da quantia deixada pela filha P. Portanto:

- A filha Q pega:

$$\begin{aligned} &\frac{1}{4} \text{ de } \left(\frac{3x}{4}\right) \\ &= \frac{1}{4} \times \frac{3x}{4} \\ &= \frac{3x}{16} \end{aligned}$$

- A quantia restante é:

$$\begin{aligned} & \frac{3x}{4} - \frac{3x}{16} \\ &= \frac{12x - 3x}{16} \\ &= \frac{9x}{16} \end{aligned}$$

A filha R pega $\frac{1}{4}$ da quantia deixada pela filha Q. Portanto:

- A filha R pega:

$$\begin{aligned} & \frac{1}{4} \text{ de } \left(\frac{9x}{16} \right) \\ &= \frac{1}{4} \times \frac{9x}{16} \\ &= \frac{9x}{64} \end{aligned}$$

- A quantia restante é:

$$\begin{aligned} & \frac{9x}{16} - \frac{9x}{64} \\ &= \frac{36x - 9x}{64} \\ &= \frac{27x}{64} \end{aligned}$$

A filha S pega todo o dinheiro restante, que corresponde a 270 reais. Portanto:

$$\begin{aligned} & \frac{27x}{64} = 270 \\ & x = \frac{270 \times 64}{27} \\ & x = 640 \text{ reais} \end{aligned}$$

Agora que temos o valor de x , podemos obter o valor em reais que as filhas Q e R pegaram:

- A filha Q pegou:

$$\frac{3x}{16} = \frac{3 \times 640}{16} = \frac{3 \times 40}{1} = 120 \text{ reais}$$

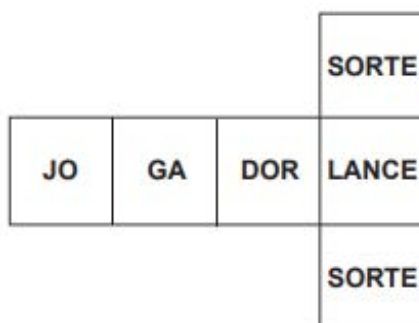
- A filha R pegou:

$$\frac{9x}{64} = \frac{9 \times 640}{64} = \frac{9 \times 10}{1} = 90 \text{ reais}$$

Logo, filha Q pegou $120 - 90 = 30$ reais a mais do que a filha R.

Gabarito: letra D

27. Na Figura, representa-se a planificação de um dado cúbico, que será usado em um sorteio, que consiste em lançá-lo apenas três vezes. A pessoa que fará esses lançamentos ganhará um prêmio somente se, nesses três lançamentos, as faces SORTE e LANCE tiverem saído uma única vez em qualquer ordem.



Considerando-se as seis faces do referido cubo equiprováveis, a probabilidade de essa pessoa ganhar o prêmio é igual a

- A) $1/36$
- B) $1/18$
- C) $1/12$
- D) $1/6$
- E) $1/3$

Comentários:

O enunciado informa que, para ganhar, a pessoa deve obter as faces SORTE e LANCE uma única vez, em qualquer ordem. Considerando que serão realizados 3 lançamentos, a pessoa também deve obter uma outra face (JO, GA ou DOR).

Considerando que há 2 faces SORTE, entre 6, a probabilidade de obter essa face é:

$$P(\text{SORTE}) = \frac{2}{6} = \frac{1}{3}$$

Considerando que há 1 face LANCE, entre 6, a probabilidade de obter essa face é:

$$P(\text{LANCE}) = \frac{1}{6}$$

Considerando que há 3 faces das demais (JO, GA ou DOR), entre 6, a probabilidade de obter uma dessas faces é:

$$P(\text{OUTRA}) = \frac{3}{6} = \frac{1}{2}$$

Como os resultados dos lançamentos são independentes, a probabilidade de obter essas faces (SORTE, LANCE e OUTRA) em **determinada ordem** é o produto das probabilidades:

$$P(\text{LANCE, SORTE, OUTRA} - \text{em ordem}) = \frac{1}{3} \times \frac{1}{6} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{36}$$

Para calcular a probabilidade de obter essas faces em qualquer ordem, multiplicamos pela permutação dessas 3 faces:

$$P_3 = 3! = 3 \times 2 \times 1 = 6$$

Portanto, a probabilidade desejada é:

$$P(\text{LANCE, SORTE, OUTRA} - \text{q q ordem}) = 6 \times \frac{1}{36} = \frac{1}{6}$$

Gabarito: letra D

28. A Figura a seguir representa um tabuleiro com 25 casas. Cada uma das casas deverá conter um único número, de modo que em cada linha, em cada coluna e em cada uma das duas diagonais do tabuleiro sejam formadas progressões aritméticas. Três dessas casas já possuem seus números.

| | | | | |
|---|---|--|----|----|
| 9 | | | | |
| | | | 50 | |
| | | | | |
| | N | | | |
| | | | | 85 |

Nessas condições, o valor de N é igual a

- A) 44
- B) 25
- C) 33
- D) 52
- E) 66

Comentários:

Inicialmente, devemos observar que “9” e “85” estão na mesma diagonal. Sendo assim, é correto afirmar que eles correspondem ao primeiro e ao quinto termo, respectivamente, de uma progressão aritmética. Com isso, podemos escrever:

$$a_5 = a_1 + 4r$$

$$85 = 9 + 4r$$

$$4r = 76$$

$$r = 19$$

Com o valor da razão, determinamos todos os demais elementos dessa diagonal!

| | | | | |
|---|----|----|----|----|
| 9 | | | | |
| | 28 | | 50 | |
| | | 47 | | |
| | N | | 66 | |
| | | | | 85 |

Agora, podemos olhar para a outra diagonal. Observe que **47 e 50 são elementos dessa diagonal e sabemos que eles estão em PA**. Dessa PA, podemos escrever que:

$$r = 50 - 47$$

$$r = 3$$

Ora, com o valor da razão, podemos determinar N!

$$N = 47 - 3$$

$$\boxed{N = 44}$$

Gabarito: letra A

29. Pelo Censo Demográfico 2022 do IBGE, a população residente no Brasil se distribui por cor ou raça de acordo com a Tabela:

| Cor ou raça | População (pessoas) |
|-------------|---------------------|
| Branca | 88.252.121 |
| Preta | 20.656.458 |
| Amarela | 850.130 |
| Parda | 92.083.286 |
| Indígena | 1.227.642 |
| Total | 203.069.637 |

Se a população de pessoas que se declararam pretas para esse censo é $x\%$ do total de residentes, então o valor de x é igual a

- A) 10,17
- B) 1,017
- C) 0,1017
- D) 0,01017
- E) 0,001017

Comentários:

Vamos trabalhar com números "redondos" a fim de facilitar as contas. Não há necessidade de dividirmos os números "quebrados", uma vez que as alternativas se distanciam muito uma das outras em termos numéricos. Observe que são aproximadamente 20 milhões de pessoas que se declaram pretas em um total de aproximadamente 200 milhões de residentes.

Logo, aproximadamente, **10% do total de residentes declara-se preto.**

$$p = 10\%$$

Logo, x é igual a aproximadamente 10.

Gabarito: letra A

30. Um certo tipo de arroz integral orgânico contém 54 mg de magnésio em cada porção de 50 g. Quantos miligramas de magnésio estão contidos em 75 g desse arroz?

- A) 50
- B) 54
- C) 75
- D) 81
- E) 100

Comentários:

Questão que pode ser resolvida com uma regra de três simples!

Ora, se temos 54 mg de magnésio em 50 g de arroz, então teremos “x” mg de magnésio em 75 g desse mesmo arroz. Vamos esquematizar:

| | | |
|----------|---|------------|
| 54 mg Mg | ↔ | 50 g arroz |
| x mg Mg | ↔ | 75 g arroz |

Note que quanto maior a quantidade de arroz, maior será a quantidade de magnésio. Dessa forma, já que são **grandezas diretamente proporcionais**, podemos fazer a **multiplicação cruzada**.

$$50x = 54 \cdot 75$$

$$x = 27 \cdot 3$$

$$\boxed{x = 81 \text{ mg}}$$

Gabarito: letra D

REALIDADE BRASILEIRA

31. Em janeiro de 1931, Lamartine Babo lançou uma marchinha intitulada “Gê-gê”, uma referência ao novo governante brasileiro, Getúlio Vargas, que assumiu o comando da república após a Revolução de 1930. O refrão da música soletrava as letras do nome do presidente e transmitia uma lúdica sensação de intimidade aos milhares de brasileiros que escutavam a canção.

Essa sensação de intimidade da marchinha sintetiza o(a)

- A) característica centralizadora que marca a Era Vargas.
- B) atuação de Vargas para ampliar benefícios trabalhistas.
- C) governo provisório, fase de transição da Era Vargas.
- D) qualidade conciliadora de Vargas, um de seus trunfos políticos.
- E) imagem popular e de líder carismático construída por Getúlio.

Comentários:

Contexto Histórico

Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930 após a Revolução que depôs o então presidente Washington Luís. Vargas tornou-se uma figura central na política brasileira, governando o país com uma abordagem populista e autoritária. Durante sua administração, ele cultivou uma imagem de líder carismático, próximo do povo, que lhe rendeu grande popularidade. A marchinha "Gê-gê", mencionada na questão, reflete essa construção da imagem de Vargas como um líder acessível e popular, criando uma conexão direta com as massas.

Análise das alternativas

(A) Embora o governo de Vargas tenha sido marcado por uma forte centralização do poder, especialmente com a instituição do Estado Novo em 1937, a sensação de intimidade promovida pela marchinha "Gê-gê" não se refere diretamente a essa centralização. A centralização está mais relacionada à estrutura administrativa e política do governo, e não à imagem pessoal de Vargas.

(B) Vargas é conhecido por implementar uma série de benefícios trabalhistas e sociais, como a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). No entanto, a marchinha "Gê-gê" não se refere diretamente a essas conquistas trabalhistas, mas sim à imagem pessoal de Vargas e sua popularidade, o que torna essa alternativa inadequada.

(C) O governo provisório de Vargas (1930-1934) foi um período de transição importante, mas a questão concentra-

se na "sensação de intimidade" criada pela marchinha, que não está diretamente relacionada ao caráter transitório de seu governo. Portanto, essa alternativa não é a mais apropriada.

(D) Vargas, de fato, tinha uma habilidade conciliadora, conseguindo apoio de diferentes setores da sociedade. No entanto, a sensação de intimidade promovida pela marchinha está mais relacionada a sua imagem de líder carismático e popular do que a suas qualidades de conciliador. Portanto, essa alternativa não captura plenamente o foco da questão.

(E) Essa é a alternativa correta. A marchinha "Gê-gê" simboliza a construção da imagem de Vargas como um líder carismático e próximo do povo, um dos pilares de sua popularidade. Ele conseguiu criar uma forte identificação com a população, utilizando a mídia e a cultura popular para reforçar sua figura de "pai dos pobres" e líder amado.

Gabarito: letra E

32. Os últimos momentos do Governo de João Goulart foram precipitados pelos movimentos das tropas sob o comando do General Olímpio Mourão Filho, que, sediadas em Juiz de Fora, deslocaram-se em direção ao Rio de Janeiro, em 31 de março de 1964. A ruptura democrática aí deflagrada

- A) suspendeu imediatamente as atividades do poder legislativo por tempo indeterminado, concentrando no executivo as atribuições de formular e aprovar leis e decretos, permanecendo o Congresso Nacional fechado por todo o período entre os anos de 1964 e 1972.
- B) significou o alinhamento do país com as diretrizes anti comunistas ocidentais que marcaram o período da guerra fria, fazendo frente à ameaça comunista que, no Brasil, era representada pela Ação de Libertação Nacional, grupo de guerrilha armada fundado por Carlos Marighella durante o governo de João Goulart.
- C) marcou o início do período ditatorial civil-militar que duraria 21 anos, no qual foram suspensos diversos direitos, como o direito a realizar atividades ou manifestações de natureza política, o direito ao voto direto para presidente da república e a garantia de habeas corpus nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.
- D) teve como objetivo garantir e viabilizar as reformas de base, em especial a reforma agrária, realizada mediante a desapropriação de grandes latifúndios sem a necessidade de indenizar o proprietário rural supostamente lesado com a perda da terra.
- E) possibilitou a estabilidade e crescimento econômico, em especial entre 1972 e 1985, por meio do combate à inflação e aumento progressivo do Produto Interno Bruto (PIB), medidas que, a longo prazo, tiveram profundos efeitos na diminuição da desigualdade social no país.

Comentários:

Contexto Histórico

O golpe militar de 31 de março de 1964, liderado por setores das Forças Armadas brasileiras, resultou na destituição do presidente João Goulart e no início de um regime ditatorial que durou 21 anos, de 1964 a 1985. Esse período foi marcado pela suspensão de direitos civis e políticos, repressão a opositores, censura à imprensa, e um alinhamento ideológico com os Estados Unidos e outras nações ocidentais durante a Guerra Fria. As instituições democráticas foram severamente restringidas, e a repressão aos movimentos de esquerda e àqueles que eram considerados subversivos foi uma característica central do regime.

Análise das alternativas

(A) Essa alternativa está incorreta. Embora o golpe tenha resultado em um governo militar autoritário, o Congresso Nacional não foi fechado durante todo esse período. O Congresso continuou funcionando, embora sob forte controle do regime militar, que utilizou instrumentos como os Atos Institucionais para restringir suas atividades e cassar mandatos de parlamentares opositores. O fechamento temporário do Congresso ocorreu durante a implementação do AI-5 em 1968, mas não por todo o período de 1964 a 1972.

(B) O regime militar justificou o golpe e a subsequente repressão como uma medida de combate ao comunismo, alinhando-se com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. No entanto, a Ação Libertadora Nacional (ALN), fundada por Carlos Marighella, foi criada posteriormente ao golpe, em 1967, como reação ao regime autoritário, e não durante o governo de João Goulart. Portanto, essa alternativa não está correta.

(C) Essa é a alternativa correta. O golpe de 1964 deu início a uma ditadura civil-militar que durou até 1985. Durante esse período, muitos direitos civis e políticos foram suspensos, incluindo o direito ao voto direto para presidente, a liberdade de expressão e manifestação e a garantia de *habeas corpus* em casos de crimes políticos. A repressão foi intensificada especialmente após o AI-5 em 1968, que deu ao governo poderes quase ilimitados para reprimir a oposição.

(D) Essa alternativa está incorreta. O golpe de 1964 foi, na verdade, uma reação contrária às reformas de base propostas por João Goulart, incluindo a reforma agrária. Os militares e seus aliados eram fortemente contrários a essas reformas, que consideravam ameaçadoras à ordem estabelecida e aos interesses das elites agrárias e empresariais.

(E) Embora o regime militar tenha promovido um período de crescimento econômico conhecido como "Milagre Econômico" entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, essa alternativa é incorreta em afirmar que isso levou à diminuição da desigualdade social. Na realidade, as políticas econômicas do regime militar concentraram riqueza e aumentaram a desigualdade, e a estabilidade econômica foi seguida por uma grave crise a partir do final da década de 1970.

Gabarito: letra C

33. A história dos negros no Brasil é marcada por episódios de conflito e manifestações de resistência. Na cidade de Salvador, o bloco

Ilê desfilou pela primeira vez no Carnaval de 1975, causando espanto entre as elites da Bahia e um despertar para a pauta racial em uma das cidades mais negras do país. “Fomos escoltados pela polícia e fomos vaiados pela população, com alguns aplausos tímidos em meio às vaias. Fomos considerados negros rebeldes que estavam espalhando racismo na cidade”, lembra Arany

[Santana, 72, diretora licenciada do bloco]. [...] O jornal A Tarde, um dos mais tradicionais da cidade, publicou na época a nota “Bloco racista, nota destoante”, afirmando que o Ilê Aiyê havia proporcionado “um feio espetáculo” com uma “imprópria exploração” do tema do racismo no Carnaval. Anos depois, o jornal se retratou.

PITOMBO, J. P. Ilê Aiyê, 50, afrontou ditadura com bloco-manifesto e foi levante da Bahia negra no Carnaval. Folha de São Paulo, São Paulo, 07 fev. 2024. Adaptado. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/02/ile-aiye-50-afrontou-ditadura-com-bloco-manifesto-e-foi-levante-da-bahia-negra-no-carnaval.shtml#comentarios>. Acesso em: 8 fev. 2024.

Ao longo de nossa história, a relação entre racismo e democracia no Brasil

- A) foi marcada pelo advento da República, em 1888, uma vez que, com ela, suprimiram-se, legalmente e de fato, as distinções entre todos os brasileiros, os quais, de súditos de uma monarquia, tornaram-se igualmente livres e iguais, a despeito de origem, gênero ou raça, como preconizava o ideário republicano.
- B) implicou superação do racismo pelo estabelecimento da democracia, uma vez que, após a abolição do regime escravista no Brasil, em 1889, o surgimento de tal bloco “Ilê” e suas pautas raciais são, como indica a matéria do jornal A Tarde, um claro exemplo de sobrepujamento do racismo no país.
- C) constituiu-se e ganhou novos contornos no contexto democrático da década de 1970, momento no qual o Brasil, influenciado pelos movimentos estudantis europeus e de defesa de direitos civis norte-americanos, assegurava os direitos políticos de livre manifestação e de liberdade de pensamento a seus cidadãos.
- D) estabeleceu-se apenas a partir da Constituição de 1988, pois não é possível identificar, na História, nenhum outro momento de defesa dos direitos dos negros ou afirmação de sua identidade.
- E) segue sendo, muitas vezes, desvirtuada pelo chamado “mito da democracia racial”, equivocado discurso segundo o qual as oportunidades de acumulação de riqueza, de prestígio social e de poder estão igualmente acessíveis a todos.

Comentários:

(A) Incorreta. A República foi proclamada em 1905. Em 1888, ocorreu a abolição da escravidão. A alternativa confunde a abolição da escravidão, que ocorreu em 1888, com o advento da República em 1889. As distinções entre os brasileiros continuaram a existir com seu advento e posteriormente. O racismo continuou a ser uma realidade no Brasil pós-abolição, com a marginalização dos negros e a persistência de desigualdades estruturais que o ideário republicano não foi capaz de eliminar.

(B) Incorreta. O regime escravista foi abolido em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel. A abolição não implicou superação do racismo pelo estabelecimento da democracia, uma vez que o regime imperial se caracterizava pelo autoritarismo, concentração de renda e riqueza e racismo contra a população não branca. O racismo estrutural persiste até o presente no Brasil. A criação do bloco Ilê Aiyê em 1975 foi uma resposta ao racismo persistente, não uma demonstração de sua superação. O jornal A Tarde reconheceu o bloco como uma afronta ao racismo, mas isso não significa que o racismo tenha sido superado.

(C) Incorreta. Na década de 1970, o Brasil estava sob uma ditadura militar (1964-1985), que restringia severamente os direitos políticos de livre manifestação e de liberdade de pensamento a seus cidadãos.

(D) Incorreta. A afirmação de que a defesa dos direitos dos negros e a afirmação de sua identidade só começaram com a Constituição de 1988 é incorreta. Movimentos de resistência e de afirmação da identidade negra existem no Brasil desde a escravidão, passando por várias fases até o presente. A Constituição de 1988 trouxe conquistas fundamentais na luta contra o racismo, mas não foi o ponto de partida.

(E) Correta. A alternativa aponta corretamente para o “mito da democracia racial” como uma narrativa que desvirtua a realidade do racismo no Brasil. Esse mito sugere uma igualdade racial que não se reflete na distribuição de riqueza, prestígio social e poder, sendo uma construção que mascara as desigualdades raciais profundas e persistentes no país.

Gabarito: letra E

34. Getúlio Vargas, figura de grande relevância para a história política brasileira, esteve no poder em dois importantes momentos: entre 1930 e 1945 e, em seguida, entre 1950 e 1954. Considerando esse amplo período e seus efeitos para estruturação dos direitos sociais e políticos em nosso país, Vargas

- A) contribuiu, de forma determinante, para a inserção do Brasil na economia mundial, em especial através da defesa da privatização e aquisição, pelo capital internacional, de importantes indústrias nacionais, como a Petrobrás e a Companhia Siderúrgica Nacional.
- B) foi reconhecido como um grande defensor dos regimes democráticos, uma vez que ele chegou ao poder em 1930, em 1937 e em 1950 por via do voto universal.
- C) foi um exemplo raro de liderança política unanimemente reconhecida pelos mais diversos setores do país, visto que foi capaz de apaziguar as disputas entre os trabalhistas do PTB e as elites conservadoras do país, representadas pela UDN.
- D) dedicou-se em seu governo, em especial entre 1930 e 1945, ao desenvolvimento e implementação de uma legislação trabalhista no Brasil, o que resultou na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943.
- E) articulou o apoio de diferentes estados brasileiros em nome de uma união nacional-desenvolvimentista, sendo São Paulo fundamental para a sustentação de seu governo nos primeiros anos da década de 1930.

Comentários:

Contexto Histórico

Getúlio Vargas é uma figura central na história política do Brasil. Ele liderou o país em dois momentos distintos: de 1930 a 1945, quando chegou ao poder após a Revolução de 1930 e, posteriormente, instaurou o Estado Novo (1937-1945), e de 1950 a 1954, quando foi eleito democraticamente. Durante esses períodos, Vargas implementou uma série de reformas que tiveram impacto duradouro na estrutura social e política do Brasil, com destaque para a legislação trabalhista e o desenvolvimento industrial.

Análise das alternativas

(A) Essa alternativa está incorreta. Embora Vargas tenha contribuído para a inserção do Brasil na economia mundial, sua política econômica foi marcada pelo nacionalismo econômico e pelo desenvolvimento de empresas estatais, como a criação da Petrobras em 1953 e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941. Ele não defendeu a privatização dessas indústrias; pelo contrário, sua política era voltada para o fortalecimento do capital nacional e a soberania econômica.

(B) Esta alternativa também está incorreta. Embora Vargas tenha sido eleito democraticamente em 1950, ele chegou ao poder em 1930 por meio de um golpe e instaurou uma ditadura em 1937 com o Estado Novo, suspendendo as eleições e reprimindo a oposição. Assim, Vargas não pode ser considerado um defensor dos regimes democráticos em toda sua trajetória.

(C) Essa alternativa está incorreta. Embora Vargas tenha sido uma figura popular entre as classes trabalhadoras e tenha fundado o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), ele enfrentou forte oposição das elites conservadoras, especialmente representadas pela UDN (União Democrática Nacional). A UDN foi uma das principais forças opositoras a Vargas, especialmente durante seu segundo governo (1951-1954).

(D) Essa é a alternativa correta. Durante seu primeiro governo, Vargas promoveu uma série de reformas trabalhistas que culminaram na criação da CLT em 1943, consolidando direitos como o salário mínimo, a jornada de trabalho de 8 horas e o direito à sindicalização. Essas reformas são uma das marcas mais duradouras de seu governo e têm um impacto significativo na história social e política do Brasil.

(E) Essa alternativa está incorreta. Vargas enfrentou forte resistência de São Paulo durante o início de seu governo, especialmente com a Revolução Constitucionalista de 1932, que foi uma tentativa dos paulistas de derrubar Vargas e restabelecer a autonomia estadual e a ordem constitucional. São Paulo não foi um estado fundamental para a sustentação de Vargas, pelo contrário, foi um dos principais opositores durante a década de 1930.

Gabarito: letra D

35. O Estado Democrático de Direito, com suas ideias de liberdade e responsabilidade, assim como a democracia são fruto de uma conquista diária e permanente, que pressupõe um diálogo constante, tolerância, compreensão das diferenças e cotejo pacífico de ideias distintas ou mesmo antagônicas. Em uma democracia, maiorias e minorias, como protagonistas relevantes do processo decisório, hão de conviver sob a égide dos mecanismos constitucionais destinados nas arenas políticas e sociais à promoção de um amplo debate com vista à formação de consensos, mantido sempre o respeito às diferenças e às regras do jogo.

Observada tal definição, reconhece-se que está inserida(o) no conceito de Estado Democrático de Direito a(o)

- A) possibilidade de exclusão de forças políticas que defendam ideologias autoritárias.
- B) essencial laicidade do Estado, com a neutralidade confessional das instituições.
- C) ênfase à proteção dos direitos e garantias fundamentais que só cedem espaço à proteção do interesse público.
- D) livre manifestação do pensamento, permitida censura prévia para impedir conteúdos vinculados a maus-tratos a crianças.
- E) respeito à separação absoluta dos Poderes da República, cada um com campo singular e específico de atuação.

Comentários:

A laicidade do Estado é um princípio fundamental em um Estado Democrático de Direito. A neutralidade confessional das instituições garante que todas as crenças e religiões sejam tratadas de forma igualitária, sem a imposição de qualquer religião específica pelo Estado. Essa neutralidade é essencial para assegurar a liberdade de religião, de ter ou não uma crença, e a igualdade entre os cidadãos, respeitando a diversidade de crenças em uma sociedade democrática. Portanto, o gabarito é a alternativa B.

Vejamos as demais afirmativas:

(A) Incorreta. Embora o Estado Democrático de Direito repudie práticas autoritárias, ele não promove a exclusão automática de forças políticas que defendam tais ideologias. Em uma democracia, mesmo ideologias divergentes podem existir, desde que respeitem os limites constitucionais e o processo democrático. O diálogo e o respeito às regras do jogo são essenciais, e a exclusão não é compatível com a ideia de pluralismo democrático.

(C) Incorreta. Embora a proteção dos direitos e garantias fundamentais seja central em um Estado Democrático de Direito, essa alternativa sugere que esses direitos cedem espaço à proteção do interesse público de forma ampla. Isso pode levar a interpretações que justifiquem a limitação de direitos fundamentais de maneira excessiva, o que contraria a ideia de que tais direitos devem ser protegidos ao máximo, com restrições ocorrendo apenas em circunstâncias excepcionais e bem justificadas.

(D) Incorreta. A censura prévia é geralmente proibida no Estado Democrático de Direito. A livre manifestação do pensamento é um direito fundamental, e mesmo conteúdos sensíveis, como aqueles relacionados a maus-tratos a crianças, devem ser regulados de forma que respeite esse direito, sem recorrer à censura prévia.

(E) Incorreta. A separação dos Poderes é um princípio fundamental, mas ela não é "absoluta". Os Poderes da República devem atuar de forma harmônica e interdependente, com mecanismos de controle mútuo para evitar abusos de poder (sistema de freios e contrapesos).

Gabarito: letra B

36. A independência do Brasil é muitas vezes compreendida como um processo complexo, que, por um lado, formaliza a autonomia e ruptura política em relação a Portugal e, por outro, possibilita a manutenção da escravidão, da monarquia e da presença da dinastia dos Bragança na América. É um momento crucial para a compreensão da formação do Brasil contemporâneo, pois

Com a aclamação do príncipe regente D. Pedro como imperador do Brasil, em 12 de outubro de 1822, começou a ser construída no imaginário político dos povos, outrora irmãos, a ideia de um império autônomo em terras americanas. [...] O processo de emancipação política representou o ponto de partida para a construção de uma ideia moderna de nação. [...] Essa polarização que exprimia um difuso sentimento antilusitano e antibrasileiro em imagens e escritos dos dois povos, agora reinos e nações separados, terminava por demonstrar em que se constituiu, em parte, o processo de emancipação política do Brasil. [...] À medida que se aprofundava a incompreensão recíproca, a possibilidade de manter-se a união entre Portugal e o Brasil tornou-se cada vez mais distante para ambos os lados. Incompatibilidade que se resolveu, como costuma ocorrer, pelo divórcio, talvez não tão amigável, como muitas vezes supôs a historiografia, pois envolveu lutas e disputas não só entre os dois lados do Atlântico, como também no próprio interior do Brasil. Mais difícil, porém, era a tarefa que restava, de construir e definir o Brasil: não mais como continuação de Portugal, mas dotado de identidade própria, que foi procurada pelo menos ao longo de todo o Oitocentos, em oposição ao ser português.

NEVES, L. M. P. B. Estado e política na independência. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (org.). O Brasil Imperial, 1808-1830. vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 129-131. Adaptado.

Segundo a autora, o processo de independência do Brasil

- A) está sintetizado no gesto da Proclamação da Independência, o chamado “grito do Ipiranga”, de 07 de setembro de 1822.
- B) ocorreu de forma pacífica e amigável, não se observando qualquer expressão de sentimento antilusitano na antiga colônia lusa na América.
- C) representou o ápice da construção de uma ideia moderna de nação brasileira, difundida por todo o país desde as revoltas coloniais, como a Inconfidência Mineira, de 1789, por exemplo.
- D) decorreu de uma negociação baseada na compreensão recíproca de que manutenção da unidade política entre Portugal e o Brasil ainda era possível.
- E) deu início à tarefa de construir e definir a identidade do Brasil enquanto nação, de forma separada e, por muitas vezes, oposta a Portugal.

Comentários:

Contexto Histórico

A independência do Brasil em 1822 foi um processo complexo e cheio de contradições. Embora tenha formalizado a ruptura política com Portugal, manteve aspectos estruturais da ordem colonial, como a escravidão e a monarquia, além da presença da dinastia dos Bragança no poder. O texto destaca como a independência não apenas significou a separação formal entre Brasil e Portugal, mas também deu início à construção de uma nova identidade nacional, em oposição à herança portuguesa. Essa construção foi marcada por tensões e disputas tanto entre os dois países quanto dentro do próprio Brasil.

Análise das alternativas

(A) Embora o "Grito do Ipiranga" seja um símbolo importante do processo de independência, o texto deixa claro que a independência foi um processo mais complexo e não se resume a um único gesto ou evento. A construção de uma identidade nacional e as disputas internas e externas são aspectos que vão além do ato simbólico do "grito". Portanto, essa alternativa simplifica demais o processo e está incorreta.

(B) Essa alternativa está incorreta, pois o texto menciona explicitamente a presença de sentimentos antilusitanos e as disputas que ocorreram durante o processo de independência, tanto entre Brasil e Portugal quanto internamente no Brasil. A ideia de que a independência ocorreu de forma pacífica e amigável é uma interpretação incorreta dos eventos.

(C) Embora a independência tenha sido um marco importante na construção da nação brasileira, o texto sugere que esse processo de construção de identidade estava apenas começando com a independência, e não atingindo seu ápice. A ideia de nação brasileira continuou a ser desenvolvida ao longo do século XIX. Portanto, essa alternativa está incorreta.

(D) Essa alternativa está incorreta. O texto destaca que a possibilidade de manter a união entre Portugal e Brasil foi se tornando cada vez mais inviável devido às crescentes incompreensões e disputas entre os dois lados. O processo de independência não foi o resultado de uma compreensão recíproca, mas sim de uma ruptura devido à incompatibilidade entre os interesses de Portugal e os do Brasil.

(E) Essa é a alternativa correta. O texto enfatiza que a independência do Brasil marcou o início do processo de construção de uma identidade nacional distinta de Portugal. Essa construção de identidade envolveu uma oposição ao "ser português" e se desenvolveu ao longo do século XIX, refletindo as tensões e a busca por uma identidade própria do Brasil como nação independente.

Gabarito: letra E

37. A notícia a seguir foi publicada pela Agência Xinhua, um portal de notícias mantido pelo governo da China.

A cúpula do BRICS de 2023, realizada na África do Sul é pioneira e edificante para o Sul Global.

Falando em números – uma quantidade histórica de seis países admitidos como membros plenos do BRICS; líderes de mais de 60 nações participaram do Diálogo BRICS-África e do Diálogo BRICS Plus, e uma dúzia de líderes das sub-regiões da África discursaram no Diálogo de Líderes China-África.

Abraçando os novos membros – Argentina, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos – o BRICS representará cerca de um terço do PIB global e metade da população mundial e das reservas de petróleo. Entre os países do Grupo dos 20, sete serão membros do BRICS, em igualdade com o Grupo dos Sete.

CÚPULA do BRICS: uma vitória para o Sul Global. Portal Xinhua. Disponível em: <https://portuguese.news.cn/20230903/b56c582757814bcd8fcaecd8ae4ee85/c.html>. Acesso em: 5 mar. 2024. Adaptado.

Nos últimos anos, o Brasil tem sido um membro muito ativo dos BRICS, principal organização multilateral do chamado Sul Global.

Com base nas informações da notícia citada, o chamado Sul Global se caracteriza por reunir nações

- A) emergentes e com passado de descolonização.
- B) meridionais geograficamente e fortes economicamente.
- C) subdesenvolvidas e com economia baseada no petróleo.
- D) alinhadas com a China e integrando uma nova corrida armamentista.
- E) exportadoras de commodities e dependentes do mundo industrializado.

Comentários:

O Sul Global e o Norte Global são termos utilizados na política internacional, nas ciências sociais e na economia para diferenciar dois grupos de países com base em suas características econômicas, históricas e sociais, em vez de suas localizações geográficas. Portanto, não se refere aos países localizados nos hemisférios Norte e Sul do planeta Terra. Por exemplo, a Austrália e a Nova Zelândia, que estão localizados no Hemisfério Sul, são países do Norte Global.

Os países do "Sul Global" compartilham um passado de colonização e, nas últimas décadas, têm buscado maior protagonismo no cenário internacional. Muitos desses países são economias emergentes que têm crescido em relevância global.

Os países do BRICS, grupo que inclui Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, são exemplos de nações que fazem parte do “Sul Global”. A inclusão de novos membros - Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos - reforça essa característica de nações emergentes que buscam maior influência global e uma maior participação no comércio internacional.

Veja no mapa a seguir, os países do Sul Global e do Norte Global.



Fonte: <https://jornal.usp.br/diversidade/desigualdades-nos-estudos-da-comunicacao-marginalizam-os-paises-do-sul-global/>

Gabarito: letra A

38. A letra a seguir foi composta por Chico Science e a banda Nação Zumbi, para a canção “Manguetown”.

*To enfiado na lama
É um bairro sujo
Onde os urubus têm casas
E eu não tenho asas
Mas estou aqui em minha casa
Onde os urubus têm asas
Vou pintando, segurando a parede
No mangue do meu quintal Manguetown
Andando por entre os becos
Andando em coletivos
Ninguém foge ao cheiro sujo
Da lama da Manguetown
Andando por entre os becos
Andando em coletivos
Ninguém foge à vida suja
Dos dias da Manguetown
Andando por entre os becos
Andando em coletivos
Ninguém foge ao cheiro sujo
Da lama da Manguetown
Andando por entre os becos
Andando em coletivos
Ninguém foge à vida suja
Dos dias da Manguetown*

MANGUETOWN. Intérpretes: Chico Science e Nação Zumbi. Compositores: A. Costa, F. França e L. Maia.
Disponível em <https://www.deezer.com/en/track/15419803>. Acesso em: 3 mar. 2024.

Considerando-se as condições típicas das grandes cidades brasileiras e, especificamente, dos mangues na grande Recife, a expressão Manguetown se refere à(ao)

- A) região urbana de descarte de lixos orgânicos
- B) segregação das áreas de moradia da população pobre
- C) estética da juventude sem uma referência espacial específica
- D) ambiente de vida mais rural próximo à metrópole
- E) ecossistema do estuário dos rios da cidade de Recife

Comentários:

A palavra “town” na língua inglesa significa cidade. Assim, “Manguetown” está se referindo ao urbano. Trechos da música fazem referência à cidade, ao urbano, local de moradia, casa, de habitação:

“É um bairro sujo”, “Mas estou aqui em minha casa”, “Andando por entre becos” e “Andando em coletivos”.

Isso em um contexto de pobreza, de sujeira, de mau cheiro, de saneamento precário etc. Uma situação de segregação socioespacial muito presente nas cidades brasileiras, em que há uma distribuição desigual de grupos sociais no espaço urbano, geralmente influenciada por fatores econômicos, sociais e políticos.

Em Recife, a ocupação dos manguezais por populações de baixa renda é um exemplo dessa segregação. Devido à especulação imobiliária e à falta de políticas habitacionais inclusivas, essas comunidades muitas vezes se veem forçadas a habitar áreas ambientalmente frágeis e inadequadas para moradia, como os mangues.

Esses ecossistemas são cruciais para a biodiversidade e para a proteção contra eventos climáticos extremos, mas a pressão urbana e a falta de alternativas de habitação acessíveis levam à degradação ambiental e à marginalização dessas populações.

Gabarito: letra B

39. Comentando uma conferência realizada por economistas recentemente, o portal do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou a seguinte notícia:

O Brasil é marcado por altos níveis de desigualdade e o primeiro estudo investiga o papel crescente do Estado na redistribuição de renda. A pesquisa examinou o impacto das políticas públicas sociais no país, analisando o sistema tributário e os programas de transferência de renda e seus efeitos sobre a desigualdade e a pobreza durante as primeiras décadas do século XXI.

O Brasil é conhecido por sua alta concentração de renda, onde o 1% mais rico da população detém 28,3% da renda total, tornando-o um dos países mais desiguais do mundo.

ESTUDOS revelam impacto da distribuição da renda no Brasil. Portal do IPEA, 4 ago. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13909-estudos-revelam-impacto-da-redistribuicao-de-renda-no-brasil>, s/p. Acesso em: 2 mar. 2024.

Considerando-se o legado histórico da segunda metade do século XX e os dados presentes no texto, nota-se que houve a

- A) manutenção das desigualdades sociais, apesar dos ciclos de desenvolvimento econômico.
- B) implementação com eficiência de políticas anticíclicas e desenvolvimentistas nos anos 1990.
- C) aplicação sistemática de medidas de privatização e desregulamentação na década de 1970.
- D) extinção gradual dos institutos de seguridade social do país após a redemocratização.
- E) vigência da estagnação e da hiperinflação na era do “milagre econômico”.

Comentários:

Apesar dos ciclos de desenvolvimento econômico que o Brasil experimentou ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI, as desigualdades sociais permanecem elevadas em nosso país. O texto da questão menciona que o 1% mais rico da população detém 28,3% da renda total do país, indicando que a distribuição de renda continua sendo um problema significativo. Mesmo com políticas públicas e ciclos de crescimento econômico, as desigualdades persistiram, mostrando que o desenvolvimento econômico não foi suficiente para resolver essas disparidades.

Assim, está correta a alternativa A.

Vejamos as demais alternativas:

(B) Incorreta. A década de 1990 caracterizou-se pela implementação de políticas voltadas para a estabilização macroeconômica, com o Plano Real, que controlou a hiperinflação. No escopo dessa estabilização, com viés neoliberal, foram implementadas medidas de desregulamentação da economia, corte de gastos públicos, privatização de empresas e concessão de infraestruturas estatais. Portanto, não houve ênfase em políticas anticíclicas e desenvolvimentistas.

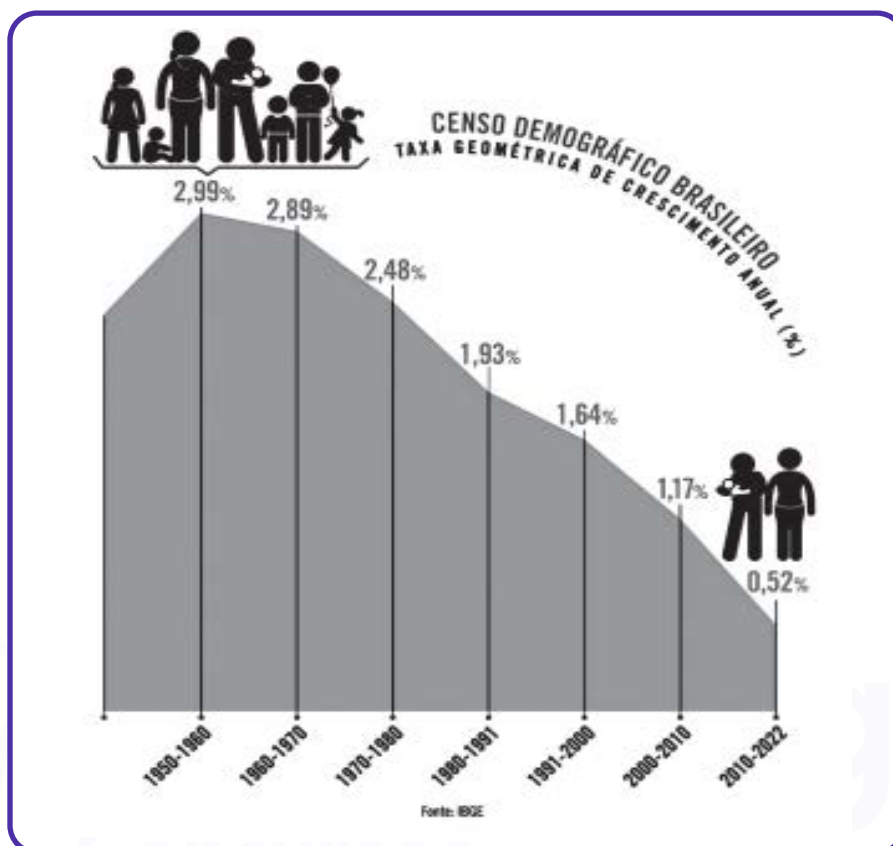
(C) Incorreta. A década de 1970 no Brasil foi marcada pelo "Milagre Econômico", em que o governo militar adotou um modelo desenvolvimentista com forte intervenção estatal. As privatizações e medidas de desregulamentação ganharam força nos anos 1990, sobretudo no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que presidiu o país de 1995 a 2003.

(D) Incorreta. Após a redemocratização, especialmente com a Constituição de 1988, houve um fortalecimento dos direitos sociais e da seguridade social no Brasil. A Constituição trouxe avanços significativos no campo da seguridade social, incluindo a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a ampliação de benefícios previdenciários e assistenciais. Portanto, não houve extinção, mas sim uma ampliação e consolidação dos institutos de seguridade social.

(E) Incorreta. O "milagre econômico" (1968-1973) foi um período de rápido crescimento econômico no Brasil, marcado por altas taxas de crescimento do PIB. A estagnação econômica e a hiperinflação ocorreram posteriormente, nas décadas de 1980 e início de 1990, principalmente após o fim do "milagre econômico" e durante a crise da dívida externa.

Gabarito: letra A

40. Considere as informações sobre a dinâmica da população brasileira.



O Brasil viu o crescimento populacional desacelerar. Dados do Censo 2022 revelam que a taxa de aumento anual da população caiu de 1,2%, entre 2000 e 2010, para 0,5% entre 2010 e 2022. Hoje são 203,1 milhões de habitantes no país, ou seja, em doze anos, o Brasil ganhou 12,3 milhões de pessoas, o equivalente a uma São Paulo. O Rio de Janeiro foi uma das nove capitais que viu diminuir o número de habitantes.

GORZIZA, A. et al. O Brasil na era do freio populacional. Revista Piauí, 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-brasil-na-era-do-freio-populacional/>. Acesso em: 30 jan. 2024. Adaptado.

A dinâmica populacional mencionada decorre do seguinte fator demográfico:

- A) aumento relativo da taxa de natalidade nas metrópoles
- B) redução sistemática da expectativa de vida nas periferias
- C) elevação regular da taxa de mortalidade nas áreas urbanas
- D) incremento ininterrupto da migração do campo para a cidade
- E) queda contínua da taxa de fecundidade no território nacional

Comentários:

O Brasil está no estágio final de sua transição demográfica, caracterizado pelas baixas taxas de natalidade, fecundidade e mortalidade e pelo aumento da expectativa de vida. A taxa de crescimento populacional está em queda desde a segunda metade do século passado. A população ainda cresce, mas cada vez mais lentamente. Vejamos cada uma das alternativas:

(A) Incorreta. A taxa de natalidade está em queda no Brasil, inclusive a das metrópoles.

(B) Incorreta. A expectativa de vida aumenta em todo o país, isso inclui as periferias.

(C) Incorreta. A taxa de mortalidade está em queda contínua nas áreas urbanas e rurais.

(D) Incorreta. Ainda há migração do campo para a cidade, mas pequena, sendo uma migração que diminui, conforme os últimos censos demográficos. Ou seja, não há incremento, mas diminuição da migração campo-cidade.

(E) Correta. A taxa de fecundidade está em queda contínua no território nacional.

Gabarito: letra E

41. Considere o texto sobre a ocupação do cerrado.

A ocupação acelerada e desordenada do bioma Cerrado teve início com a construção de Brasília e a adoção de uma política de expansão agrícola baseada num modelo de exploração fundamentalmente extrativista e, por vezes, predatório. A intensa ocupação por populações e atividades, até então inexistentes, vem transformando as paisagens do bioma e os modos de vida das populações tradicionais, causando impactos ambientais e sociais imensuráveis. [...] Depois da Mata Atlântica, o Cerrado é o ecossistema brasileiro que mais sofreu com a ocupação humana. O desmatamento para a retirada de madeira e a produção de carvão foram as atividades que antecederam e viabilizaram a ocupação agropecuária no bioma, e que persistem até os dias de hoje. Estima-se que atualmente cerca de 37% da área do Cerrado já perderam sua vegetação natural.

VILELA, M. F. I. Interferências humanas no bioma Cerrado. Embrapa, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/bioma-cerrado/ecologia/interferencias-do-homem>. Acesso em: 30 jan. 2024. Adaptado.

Atualmente, a perda de biodiversidade das maiores extensões do cerrado decorre do seguinte fator:

- A) exploração de garimpos clandestinos de ouro
- B) arrefecimento da monocultura intensiva de grãos
- C) ocupação da pecuária extensiva de baixa tecnologia
- D) loteamentos irregulares das aglomerações urbanas
- E) expansão desordenada de unidades de conservação

Comentários:

A quase totalidade do desmatamento historicamente ocorrido no Cerrado deve-se à agropecuária. A pecuária é o principal fator, seguido da agricultura. Vastas extensões do Cerrado foram suprimidas para o cultivo de pastagens para a criação de gado.

O rendimento na pecuária é avaliado pelo número de cabeças por hectare. Quanto maior a densidade de cabeças, independentemente de o gado estar solto ou confinado, maior é a necessidade de ração, de pastos cultivados e de assistência médica veterinária, ou seja, há uma maior incorporação de tecnologia no processo produtivo. Com isso, aumentam a produtividade e o rendimento, características da pecuária intensiva. Quando o gado se alimenta apenas de pastagens e a criação apresenta baixa produtividade, trata-se de pecuária extensiva de baixa tecnologia.

Na criação de gado, no Brasil e no Cerrado, predomina a pecuária extensiva de baixa tecnologia.

Gabarito: letra C

42.



No Brasil, em 2023, foi criado o Ministério dos Povos Indígenas e julgada, no Supremo Tribunal Federal (STF), a tese do marco temporal. Deputados comemoraram pelas redes sociais a decisão do STF que considerou inconstitucional a tese do marco temporal das terras indígenas. O marco é criticado por advogados especializados em direitos dos povos indígenas, pois, segundo eles, validaria invasões e violências cometidas contra indígenas antes da Constituição de 1988. Já ruralistas defendem que tal determinação serviria para resolver disputas por terra. A Frente Parlamentar da Agropecuária afirma que a decisão do STF poderá criar uma insegurança jurídica e econômica, pois não há previsão de indenização para produtores que perderem suas terras.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decisão do STF que derrubou marco temporal das terras indígenas gera repercussão na Câmara. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1000636-DECISAO-DO-STF-QUE-DERRUBOU-MARCO--TEMPORAL-DAS-TERRAS-INDIGENAS-GERA-REPERCUSSAO-NA-CAMARA>. Acesso em: 30 jan. 2024. Adaptado.

Essa tese do marco temporal estabelece que a

- A) ocupação de terras indígenas por produtores rurais deve ser considerada inconstitucional.
- B) indenização das terras indígenas ocupadas por produtores rurais deve ser de responsabilidade do governo federal.
- C) fiscalização das terras indígenas demarcadas deve ser de responsabilidade exclusiva dos povos que historicamente as ocupam.

- D) demarcação das terras indígenas deve respeitar a área ocupada pelos povos até a promulgação da Constituição Federal de 1988.
- E) titularização das terras indígenas deve ocorrer imediatamente após o reconhecimento da constitucionalidade da ocupação.

Comentários:

O Marco Temporal é uma tese pela qual os povos indígenas só podem reivindicar a demarcação das terras onde já estavam no dia 5 de outubro de 1988, quando entrou em vigor a atual Constituição Brasileira.

No entanto, a Constituição Federal de 1988, no artigo 231, ao garantir aos indígenas os “direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”, não estabeleceu nenhum marco temporal sobre o tema. A Carta Magna dispõe ainda que compete à União “demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Em maio de 2023, o projeto de lei sobre o tema foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Entretanto, em 21 de setembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a data da promulgação da Constituição Federal (05/10/1988) não pode ser utilizada para definir a ocupação tradicional da terra por essas comunidades. No embasamento de sua decisão, o STF adotou a **Teoria do Indigenato**, pela qual a posse da terra decorre da ocupação histórica. A proteção constitucional aos direitos originários não teria um marco temporal.

Alguns dias depois da decisão do STF, em 27 de setembro de 2023, o Senado Federal aprovou projeto de lei do marco temporal. Em 20 de outubro de 2023, o presidente Lula vetou a tese do marco temporal no projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional. O veto foi derrubado pelo Congresso Nacional em 14 de dezembro de 2023. Assim, a decisão em torno do marco temporal foi mais uma vez parar no Supremo Tribunal Federal (STF). Partidos políticos e entidades entraram com uma ação na Suprema Corte para suspender a Lei nº 14.701/2023, que estabeleceu essa tese. Há ainda as legendas que querem que a lei se mantenha.

Gabarito: letra D

43. Considere o comentário a seguir a respeito da aprovação da Lei de Terras em 1850.

Documentos da época, hoje guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, revelam como a composição do campo brasileiro foi planejada. Os próprios senadores e deputados eram, em grande parte, senhores de terras. O senador Costa Ferreira (MA), por exemplo, discursou:

— Isso de repartir terras em pequenos bocados não é exequível. Só quem nunca foi lavrador é que pode julgar o contrário. São utopias. Ninguém vai para lá [o interior do país]. Ninguém se quer arriscar. [...]

Os senadores afirmaram que o governo deveria fixar altos preços para as terras públicas colocadas à venda. O Visconde de Abrantes opinou:

— O preço deve ser elevado para que qualquer proletário que só tenha a força do seu braço para trabalhar não se faça imediatamente proprietário comprando terras por vil preço. Ficando inibido de comprar terras, o trabalhador de necessidade tem de oferecer seu trabalho àquele que tiver capitais para as comprar e aproveitar.

HÁ 170 anos, Lei de Terras [...]. Agência Senado. Disponível em [https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-\[-...\]](https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-[-...].). Acesso em: 5 mar. 2024. Adaptado.

A análise feita pela reportagem sobre a Lei de Terras de 1850 tangencia uma característica brasileira praticamente inalterada nos últimos 200 anos de nossa história.

Trata-se da

- A) intenção de realizar reforma agrária.
- B) política de interiorização e integração nacional.
- C) força dos sindicatos de trabalhadores rurais.
- D) influência política do grande latifúndio.
- E) proteção de territórios destinados aos povos originários.

Comentários:

A Lei de Terras de 1850 determinou que as terras públicas só poderiam ser adquiridas por meio de compra, e não mais por simples ocupação, como era comum até então. Como demonstrado nos discursos citados na questão, a lei foi influenciada pelos interesses dos grandes latifundiários, que ocupavam cargos no governo e no parlamento. Essa legislação teve como objetivo consolidar a grande propriedade fundiária e impedir o acesso dos pequenos agricultores e trabalhadores sem capital às terras, garantindo que as elites agrárias mantivessem o controle sobre vastas extensões de terra. Assim, a normativa não teve como objetivo a realização da reforma agrária, nem a interiorização e integração nacional, tampouco a proteção de territórios destinados aos povos originários.

Na época da aprovação da Lei de Terras, em 1850, os sindicatos de trabalhadores rurais não tinham força política no Brasil. A organização dos trabalhadores rurais só ganharia destaque no século XX, especialmente a partir da década de 1960.

A influência política do grande latifúndio no Brasil é uma característica persistente desde a colonização. Na atualidade, a bancada ruralista, composta por representantes do agronegócio, exerce significativa influência política, moldando legislações relacionadas à terra, meio ambiente e direitos dos povos indígenas, reforçando a permanência da concentração fundiária e a defesa dos interesses do grande latifúndio.

Gabarito: letra D

44. Considere o texto sobre sustentabilidade ambiental.

No Brasil, a Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana é uma estratégia definida com o objetivo de melhorar os indicadores da boa qualidade ambiental nas cidades. Com foco na população residente nas grandes metrópoles, a Agenda Nacional orienta políticas públicas urgentes, mais efetivas e eficientes, que integrem condutas nos diferentes níveis de tomadas de decisão. Após a consolidação de diversos diagnósticos, linhas de ação foram estabelecidas como metas iniciais desta Agenda Ambiental Urbana, dentre elas: Lixo no Mar, Resíduos Sólidos, Saneamento e Qualidade das Águas, e Áreas Contaminadas.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/agenda-ambiental-urbana.html>. Acesso em: 30 jan. 2024. Adaptado.

No contexto dessa Agenda Nacional, a linha referente a resíduos sólidos está diretamente associada a ações que

- A) evitem a evasão escolar de estudantes regulares da educação básica, como o Programa Pé-de-Meia.
- B) promovam a proteção de nascentes e mananciais e o abrigo da fauna urbana, como o Programa Cidades+Verdes.
- C) orientem a gestão ambiental com foco na disposição final ambientalmente adequada, como o Programa Lixão Zero.
- D) garantam o ambiente atmosférico limpo nas cidades, como a Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade do Ar.
- E) viabilizem a transferência de renda para os segmentos mais pobres da população, como o Programa Bolsa Família.

Comentários:

Resíduos sólidos são materiais descartados que resultam de atividades humanas e processos naturais, encontrados no estado sólido. Eles abrangem uma grande variedade de itens, como plásticos, metais, papel, vidro e resíduos orgânicos. A gestão adequada desses resíduos é essencial para reduzir impactos ambientais negativos e promover práticas sustentáveis. Isso inclui estratégias de reciclagem, reutilização e redução, além de políticas de conscientização e regulamentações governamentais para uma economia circular.

Portanto, no contexto da Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana, o gabarito da questão é a alternativa C. O Programa Lixão Zero, do Governo Federal, é uma das iniciativas neste sentido. O programa visa a eliminação dos lixões e a promoção de uma destinação ambientalmente adequada para os resíduos sólidos urbanos.

As alternativas B e D estão relacionadas à Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana nas áreas dos recursos hídricos, fauna e qualidade do ar.

O Programa Pé-de-Meia está relacionado à área educacional, e o Bolsa Família à área social.

Gabarito: letra C

45. Entre 1817 e 1820, os naturalistas Johann von Spix e Carl Philip von Martius realizaram uma expedição científica ao Brasil, indicados pela Academia de Ciências de Munique, no contexto de aproximação entre Portugal e a Áustria. Nessa expedição, os viajantes registraram algumas partituras musicais com canções brasileiras. Sobre esses registros, o pesquisador Silvio Augusto Merhy escreveu:

Não havia na época local instituído para apresentações públicas de música de tradição oral. Sabe-se dos cortejos populares que eram acompanhados de música, como os que aconteciam durante os dias de carnaval no Rio de Janeiro.

A poesia e a música populares eram percebidas pelos intelectuais como práticas coletivas e anônimas de propriedade do “povo”, nasciam e cresciam tão naturalmente como uma planta ou uma árvore e eram apreciadas em praça pública ou nas ruas. Tal concepção fazia parte da mentalidade que predominava no final do século XVIII. Pensava-se que a autoria não era importante em se tratando de uma “arte popular”, porque ela pertenceria a todos, a todo o “povo” (das Volk dichtet, o povo produz a poesia).

MERHY, S. As transcrições das canções populares em Viagem pelo Brasil de Spix e Martius. Revista Brasileira de Música. Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 23/2, 2010. p. 177.

A expedição de Spix e Martius foi finalizada pouco antes dos eventos determinantes para a Independência do Brasil, e a análise de Silvio Merhy aponta características constitutivas de nossa formação social. Nesse sentido, o texto aponta aspectos da cultura de época compatíveis com um(a)

- A) ideário inspirado no liberalismo
- B) domínio de valores decoloniais
- C) sociedade estratificada socialmente
- D) mentalidade marcada pela equidade
- E) visão de mundo abolicionista

Comentários:

A expedição de Spix e Martius ao Brasil no início do século XIX ocorreu em um contexto de profunda estratificação social, em que as práticas culturais refletiam as divisões sociais da época. O fragmento do texto de Silvio Merhy destaca a maneira como a música e a poesia populares eram percebidas como expressões coletivas, sem importância atribuída à autoria individual, o que indica a existência de uma cultura "popular" distinta das práticas culturais das elites.

A leitura inteira do texto destaca, em vários trechos, a realidade da época, de profunda estratificação social, como o trecho a seguir (página 180):

Quanto à divisão entre classe superior e inferior, produção culta e popular, há no relato observações que distinguem os estilos de dança:

Pelo canto e pelo som do instrumento, o brasileiro é facilmente levado a dançar, e exprime a sua jovialidade nas sociedades cultas com delicadas contradanças; nas classes inferiores, porém ela se manifesta com gestos e contorções sensuais como as dos negros. (Spix e Martius, 1976, vol. 1, p. 50)

Análise das alternativas:

(A) Incorreta. Embora o liberalismo tenha influenciado movimentos no Brasil e no mundo no início do século XIX, o texto não discute ideias liberais, como direitos individuais ou liberdade política. Ele concentra-se na cultura popular e na forma como ela era vista pelas elites.

(B) Incorreta. Valores decoloniais questionam e rejeitam a hegemonia cultural e política dos colonizadores. O texto, no entanto, não aborda a desconstrução do poder colonial, mas sim a forma como a cultura popular era percebida.

(C) Correta. O texto aponta para uma sociedade em que a cultura popular era distinta e separada da cultura das elites, refletindo uma sociedade dividida em classes. A percepção de que a "arte popular" pertencia ao "povo" e não tinha autoria individual reflete essa estratificação social, em que diferentes grupos sociais vivem realidades culturais distintas.

(D) Incorreta. O texto não sugere que havia uma preocupação com a equidade ou igualdade social. Pelo contrário, ele indica a existência de uma cultura popular marginalizada e uma visão que separava as práticas culturais do "povo" das práticas culturais das elites.

(E) Incorreta. Embora a abolição da escravidão fosse um tema relevante no século XIX, o texto não faz menção a questões relacionadas à abolição ou à luta contra a escravidão. Ele se concentra na percepção da cultura popular.

Gabarito: letra C



Estratégia
Concursos

